



King's Research Portal

Document Version
Peer reviewed version

[Link to publication record in King's Research Portal](#)

Citation for published version (APA):

McIlwaine, C., Krenzinger, M., Rizzini Ansari, M., Evans, Y., & Sousa Silva, E. (2021). O Direito à Cidade de Mulheres: Uma análise sobre suas limitações a partir de violências infraestruturais de gênero contra brasileiras em Londres e na Maré, Rio de Janeiro. *Revista de Direito da Cidade*, 13(2), 954-981.

Citing this paper

Please note that where the full-text provided on King's Research Portal is the Author Accepted Manuscript or Post-Print version this may differ from the final Published version. If citing, it is advised that you check and use the publisher's definitive version for pagination, volume/issue, and date of publication details. And where the final published version is provided on the Research Portal, if citing you are again advised to check the publisher's website for any subsequent corrections.

General rights

Copyright and moral rights for the publications made accessible in the Research Portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognize and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the Research Portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the Research Portal

Take down policy

If you believe that this document breaches copyright please contact librarypure@kcl.ac.uk providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

**O Direito à Cidade de Mulheres:
Uma análise sobre suas limitações a partir de violências infraestruturais de gênero
contra brasileiras em Londres e na Maré, Rio de Janeiro.**

**Negotiating Women's Right to the City:
Gender-based and infrastructural violence against Brazilian women in London and
residents in Maré, Rio de Janeiro**

Cathy McIlwaine
Department of Geography, King's College London, UK

Miriam Krenzinger
School of Social Work, Federal University of Rio de Janeiro, Brazil

Moniza Rizzini Ansari
Department of Geography, King's College London, UK

Yara Evans
Centre for Environmental Policy at Imperial College London, UK

Eliana Sousa Silva
Redes da Maré, Brazil

Paper accepted for publication in 20 March 2021

Date of publication: 01 May 2021

DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2021.57564>

Access link: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/57564>

Articulações do Direito de Mulheres à Cidade: violências de gênero e infraestruturais contra imigrantes brasileiras em Londres e contra moradoras da Maré no Rio de Janeiro.

Cathy McIlwaine*
Miriam Krenzinger
Moniza Rizzini Ansari
Yara Evans
Eliana Sousa Silva

RESUMO

O presente artigo examina os entraves ao direito à cidade com justiça de gênero, decorrentes de violências de gênero diretas e de violências infraestruturais indiretas contra mulheres e meninas. Com base na chamada 'virada infraestrutural' nos estudos urbanos, o artigo apresenta uma ferramenta analítica inovadora para o crescente debate sobre as dimensões de gênero da violência urbana. Metodologicamente, o artigo apresenta análises empíricas sobre a natureza transnacional das violências de gênero contra mulheres nas cidades, reportando uma pesquisa quali-quantitativa realizada entre 2016 e 2018, com mulheres brasileiras residentes em Londres e mulheres que residem em um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, a Maré. Como resultado, verificou-se que violências estruturais e infraestruturais estão diretamente implicadas nas dinâmicas de violência de gênero que apresentam severas restrições ao direito de mulheres à cidade – seja quanto à dificuldade de acesso a serviços e direitos no caso de brasileiras imigrantes em Londres, seja quanto ao contexto de violência armada cotidiana no caso de mulheres da Maré. O artigo contribui para o encontro interdisciplinar entre a geografia jurídica e o urbanismo feminista, formulando uma compreensão das violências de gênero em termos multidimensionais, multiescalares e transnacionais nas cidades globais, que transcendem experiências íntimas, individualizadas e privadas.

Palavras-chave: Direito à cidade; gênero; violências infraestruturais; violências contra mulheres e meninas; urbanismo feminista.

ABSTRACT

This paper examines obstacles to ensuring a gender just right to the city emerging from direct forms of gender-based violence and indirect infrastructural violence against women and girls. Drawing from the so-called 'infrastructural turn' in urban studies, the article presents an innovative analytical tool for the growing debate on the gender dimensions of urban violence. Methodologically, it presents empirical analyses of the transnational nature of gender-based violence against women in cities, reporting a quali-quantitative survey conducted between 2016 and 2018, with Brazilian women residing in London and women residing in one of the largest group of favelas in Rio de Janeiro, Maré. The study found that structural and infrastructural violence are directly implicated in the dynamics of gender-based violence that present severe restrictions on women's right to the city – be it regarding the difficulty of access to services and rights in the case of Brazilian migrants in London, or in the context of daily armed violence in the case of women in Maré. The article contributes to the interdisciplinary encounters between legal geography and feminist urbanism, formulating an understanding of gender-based violence in global cities in multidimensional, multiscale and transnational terms, which transcend intimate, individualized and private experiences.

Keywords: Right to the city; gender; infrastructural violence; Violence against Women and Girls; feminist urbanism.

* Cathy McIlwaine é professora do Departamento de Geografia da King's College London, com doutorado pela London School of Economics e mestrado pela Universidade de Liverpool.

Miriam Krenzinger é professora e diretora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com doutorado e mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Moniza Rizzini Ansari é pesquisadora associada do Departamento de Geografia da King's College London, com doutorado pela Birkbeck College, Universidade de Londres, e mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES BEX 0736/14-7.

Yara Evans é pesquisadora associada do Centre for Environmental Policy da Imperial College London, com doutorado pela Universidade of Wales Aberystwyth e mestrado pela Royal Holloway.

Eliana Sousa Silva é diretora e fundadora da organização Redes da Maré, com doutorado e mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

1. Introdução

As mulheres constituem a maioria da população urbana no mundo hoje. No entanto, há pouco reconhecimento de que o espaço urbano e a vida urbana são efetivamente construídos e sustentados por mulheres (CHANT AND MCILWAINE, 2016). Este contrassenso apresenta graves implicações para a experiência urbana equitativa e para o direito à cidade de mulheres globalmente. Se, por um lado, a vida nas cidade tem o potencial de promover transformações sociais importantes, propiciando meios para mais igualdade de gênero, é também significativo que, por outro lado, mudanças efetivas e emancipadoras são cotidianamente tolhidas por violências contra mulheres e meninas, condicionando as formas de se vivenciar a cidade. Em uma conjuntura global em que uma em cada três mulheres passa por experiências de violência de gênero, com incidência mais alta nas cidades (ONU Mulheres, 2015), faz-se urgente explorar essas relações, seus entraves e suas alternativas. São estas questões que o presente artigo examina, com o intuito de ampliar o exíguo foco em gênero nos debates tradicionais do direito à cidade. Destacamos, com isso, a importância de se considerar a justiça de gênero nas cidades (MOSER, 2016; vide também FALU, 2010), bem como a necessidade de reconhecer a cidade como fenômeno multiescalar e translocal, i.e., como sistemas urbanos globalmente conectados e sustentados por relações desiguais de gênero.

O artigo se baseia empiricamente na natureza transnacional da violência contra mulheres e meninas¹ nas cidades, reportando um estudo realizado por meio de parceria internacional entre pesquisadoras do Brasil e do Reino Unido sobre mulheres brasileiras residentes em Londres e aquelas que residem em um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, a Maré². A pesquisa mostrou como a violência de gênero pode se manifestar de formas diversas e em vários espaços da cidade em ambos os contextos, afetando fundamentalmente a vida e segurança das mulheres. O argumento que sustentamos é que formas indiretas de violências estruturais e infraestruturais (RODGERS e O'NEILL, 2012; LAURIE e SHAW, 2018; DATTA e AHMED, 2020) são profundamente marcadas por relações de gênero e são explicitamente implicadas em dinâmicas de violências diretas de gênero que, no contexto urbano, apresentam severas restrições ao direito à cidade de mulheres. Informado por perspectivas feministas, o artigo contribui para o encontro interdisciplinar entre a geografia jurídica e o urbanismo feminista, visando uma maior compreensão das violências de gênero em diferentes escalas locais e temporais e uma desconstrução de narrativas causais focadas unicamente em experiências individuais (DOMINGUEZ e MENJÍVAR, 2014; JOKELA-PANSINI, 2020; MENJÍVAR e WALSH, 2017; PAIN e STAEHELI, 2014).

O artigo é dividido em três seções principais. Primeiramente, estabelecemos os marcos conceituais que informam a pesquisa, sustentando que a violência contra mulheres e meninas excede as esferas individuais e da vida privada e está estruturalmente integrada na esfera pública e da vida urbana. Sob esse prisma, violências geram obstáculos à plena vivência urbana com equidade, em contraste com muitas

abordagens teóricas em que a violência urbana é predominantemente discutida em relação ao direito à cidade genericamente, e raramente sob uma perspectiva de gênero. Ao questionar a dualidade entre os domínios público e privado, uma nova dimensão do direito à cidade começa a ser delineada. Em seguida a esta discussão, apresentamos os elementos empíricos da pesquisa realizada, estabelecendo paralelos entre situações verificadas junto a mulheres brasileiras em Londres e a moradoras da Maré no Rio de Janeiro, seguindo uma abordagem transnacional sobre violências contra mulheres na cidade global. Por fim, consideramos os entraves infraestruturais ao direito das mulheres à cidade em termos das dificuldades de acesso a serviços e direitos no caso de brasileiras imigrantes em Londres, e quanto ao contexto de violência armada cotidiana no caso de mulheres da Maré. Nas conclusões, consideramos as condições de vida urbana para mulheres em cidades globais, em termos dos obstáculos ao direito à cidade, refletindo sobre os horizontes de transformações e caminhos para novas pesquisas.

2. Marcos Conceituais do Direito à Cidade e a Violência Infraestrutural de Gênero

Embora as raízes da violência de gênero residam nas relações privadas de poder patriarcal, estas se cruzam e são exacerbadas por outras formas de violência estrutural indiretas, relativas aos desafios de viver em cidades tanto no Norte quanto no Sul global (PAIN, 2014; PHILO, 2017). Os processos de urbanização são reconhecidos como permeados por relações de gênero no sentido de que mulheres e homens vivenciam a cidade de formas marcadamente diferenciadas (CHANT, 2013). Ainda assim, a perspectiva de gênero é tipicamente ausente na compreensão das cidades, tendendo a ser aplicada de formas variadas e pouco abrangentes. Efetivamente, os debates sobre o significado de ‘cidades justas’ – articulado no marco das Nações Unidas e particularmente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³ – tendem a negligenciar as dimensões de gênero da justiça urbana (MOSER, 2016). Por sua vez, a teorização urbana tem sido elaborada com uma perspectiva indiscutivelmente masculinista (PEAKE, 2016), levando análises feministas a criticarem a formulação Lefebvriana de direitos urbanos por esta negligenciar o viés de gênero e as experiências de mulheres particularmente (VACCHELLI e KOFMAN, 2018).

Efetivamente, David Harvey (2014) define o ‘direito à cidade’ em relação não apenas ao uso do espaço público mas também como o direito de criar e definir estes espaços a fim de realizar necessidades humanas para uma vida plena no ambiente urbano. Nestes termos, o direito à cidade sob uma perspectiva de gênero envolveria tanto o acesso seguro quanto a participação ativa de mulheres em todos os aspectos da vida urbana, incluindo a segurança na circulação e ocupação do espaço público até a tomada de decisões sobre os recursos disponíveis e acessados na cidade (WHITZMAN et al., 2014). Embora os debates sobre violências de gênero como entrave ao direito à cidade frequentemente focam na esfera pública e

nos sintomas, em vez de suas causas, há movimentos recentes em direção a abordagens mais holísticas e feministas que colocam em primeiro plano os direitos das mulheres de experienciar a cidade de forma equitativa (TANKEL, 2011).

No Brasil, o debate sobre o direito das mulheres à cidade tem obtido proeminência. Este 'direito' é tanto um conceito acadêmico quanto uma práxis de movimentos que aliam lutas urbanas e feministas (BERNER e MELINO, 2016). De fato, os marcos jurídicos do Brasil são vistos como pioneiros no campo do 'direito à cidade', com próprio Estatuto da Cidade de 2001 sendo referência mundial justamente por sua institucionalização de um conceito cunhado por intelectuais e praticado por movimentos sociais (ROLNIK, 2012; MARICATO et al., 2013). Entendido desta forma, chama especial atenção as formas mais recentes de disputa feminista sobre o espaço urbano no Brasil, em reação a disparidades de gênero no exercício do direito à cidade (vide relatos em IBDU, 2017). Como uma crescente pauta de lutas, o direito à cidade de mulheres vem se consolidando cada vez mais nas agendas urbanas políticas e teóricas, interseccionado principalmente por questões raciais, geracionais e geográficas.

Central para esses debates tem sido o reconhecimento de que as experiências das mulheres na cidade não podem ser dissociadas da esfera privada (FENSTER, 2005), nem das interseções entre o privado e o público (PEAKE, 2017). É apenas explorando as ligações de gênero entre as esferas pública e privada na cidade que uma compreensão mais abrangente da violência de gênero pode ser estabelecida (DATTA, 2016). Compreender a violência de gênero desta forma, portanto, torna mais evidente a natureza contraditória das transformações de gênero urbanas, uma vez que as cidades tornam visíveis os efeitos de normas e práticas de gênero (BONDI e CHRISTIE, 2003). Ou seja, por um lado, a vida urbana pode levar a melhorias na vida das mulheres, principalmente por meio de melhores sistemas de apoio e serviços para mulheres sobreviventes de violência em comparação com as das áreas rurais. As cidades também podem oferecer às mulheres oportunidades de esquivar algumas demandas de trabalho doméstico não-remunerado, acessar trabalhos melhor remunerados e potencialmente levar a mudanças em direção à independência e autodesenvolvimento (BRADSHAW, 2013; HINDIN e ADAIR, 2002). Por outro lado, a urbanização também cria novas demandas para as mulheres em termos de novos tipos de exploração do trabalho e problemas especificamente urbanos como poluição, moradia precária e desafios de mobilidade (CHANT e MCILWAINE, 2016; MCILWAINE, 2013). Assim, a noção de cidade como libertadora para as mulheres precisa ser moderada (PEAKE, 2017), especialmente a de 'cidade segura', uma vez que a violência de gênero atua como uma barreira para os direitos de mulheres a plena participação na vida urbana (ONU Mulheres, 2015).

Assim, o paradoxo das experiências de violência contra mulheres e meninas é que as cidades também podem fornecer recursos de proteção para mulheres que vivenciam estas violências. Em um contexto em que as restrições patriarcais podem ser mais flexíveis em áreas urbanas do que no campo

(CHANT, 2013), a tolerância à violência de gênero tende a ser menor nas cidades (HINDIN e ADAIR, 2002), com mulheres sobreviventes sendo mais propensas a agir e acionar mecanismos de segurança (HEISE et al., 2002). A tolerância também varia de acordo com o país, sendo influenciada por variações nos sistemas de justiça criminal e atitudes prevalentes em relação à violência, bem como recursos do Estado e da sociedade civil disponíveis para dedicar aos serviços de apoio (VACCHELLI et al., 2015). Onde o locus da cidade substituiu o país como a escala principal de intervenção em relação às questões de justiça social (MOSEER e MCILWAINE, 2014; PEAKE, 2017), é essencial reconhecer que a natureza e as respostas à violência contra mulheres e meninas variam significativamente de acordo com a cidade, dentro de um contexto mais amplo que prejudica fundamentalmente a justiça de gênero em escalas tanto locais quanto globais.

Esta é a dimensão ‘multiescalar’ acima mencionada, informada por debates feministas sobre como as formas diversas e interconectadas de violências de gênero se estendem por várias localidades e geografias, desde a escala íntima do corpo nas cidades até o global e transnacional (DATTA 2016; JOKELA-PANSINI 2020; DOMINGUEZ e MENJÍVAR, 2014; PAIN 2015). Consideramos a multiescalaridade uma lente crucial para capturar as formas concomitantes em que as violências de gênero ocorrem em várias localidades, transnacionalmente, assim afetando mulheres periféricas no Rio de Janeiro e imigrantes brasileiras em Londres, como examinaremos nas seções seguintes.

Apesar de frequentemente relativizada como um problema em muitas cidades, especialmente naquelas com níveis muito altos de taxas de homicídio masculino (WILDING, 2010) ou violência política (ESSER, 2014), a violência de gênero é endêmica em todo o mundo urbano. Certamente, a relação entre a violência de gênero e a urbanização não é uniforme em toda parte, mas existe um consenso crescente de que as mulheres experimentam níveis especialmente elevados de insegurança e violência nas cidades (MOSEER e MCILWAINE, 2014). As definições mais amplamente aceitas de violência de gênero referem-se à violência em que mulheres e meninas são afetadas especificamente por causa de seu gênero (WATTS e ZIMMERMAN, 2002) e as razões para tal violência estão enraizadas no exercício de poder social, econômico ou político por parte de homens contra mulheres, implicando o uso de força física, sexual e psicológica e/ou controle nas esferas privada e pública (MCILWAINE, 2013). Reconhecendo as limitações da coleta precisa de dados, as evidências mostram que a violência por parceiro íntimo nas cidades ocorre menos frequentemente do que nas áreas rurais, mas a violência fora da situação de parceria íntima é mais recorrente naquela (MCILWAINE, 2013). Embora, globalmente, cerca de 35% das mulheres tenham experimentado alguma forma de violência de gênero (OMS, 2013), a ONU-Habitat (2006) sugere que elas têm duas vezes mais probabilidade de sofrer violência nas cidades, especialmente no chamado Sul global. Ademais, apesar da diversidade de natureza e formas da violência de gênero em cidades, sua incidência

global é considerada maior em determinadas partes das cidades, como em comunidades urbanas periféricas (CHANT e MCILWAINE, 2016).

No contexto latino-americano, crescentes estudos sobre os termos em que a violência de gênero transcende várias dimensões da vida social vem sendo realizados. Por um lado, argumenta-se que as mulheres de todos os segmentos socioeconômicos, raciais, de classes, e religiosos sofrem violências de gênero, mas, por outro lado, reconhece-se que mulheres situadas na intersecção de vários sistemas de opressão são mais propensas a vivenciar violências de formas mais extremas, direta e indiretamente (MUÑOZ CABRERA, 2010; SANTOS, 2017). De forma ainda segmentada, estudos com mulheres afro-latino-americanas e/ou indígenas são mais propensos a focar nas intersecções entre raça e violência (CALDWELL, 2000; PERRY, 2016), enquanto aqueles que trabalham com mulheres lésbicas são mais propensos a se concentrar nas interações entre sexualidade e violência (BASTIAN DUARTE, 2012). Por sua vez, a violência da colonialidade ligada ao que Lugones (2007) denominou 'colonialidade de gênero' está no centro de muitas discussões recentes sobre as formas indiretas e estruturais de violência de gênero na América Latina em relação a como o racismo, sexismo e heteronormatividade estão enraizados no projeto colonial, permanentemente promovendo várias formas de violência contra mulheres indígenas, negras, lésbicas e trans.

É importante falar sobre violências de gênero no plural para garantir que se englobe sua multidimensionalidade e interseccionalidade (MUÑOZ CABRERA, 2010). Ou seja, esses processos são vivenciados de forma interseccional, com certas mulheres mais propensas a sofrer violência do que outras de acordo com sua classe, geração, marcadores de racialidade, sexualidade e capacitismo, dentre outros, como notavelmente discutido por Kimberlé Crenshaw (1993) sobre experiências de mulheres afro-americanas com violência doméstica. As mulheres mais prováveis de experienciar níveis desproporcionais de violências de gênero incluem mulheres de grupos racializados, com deficiência, lésbicas, bissexuais ou trans e trabalhadoras sexuais (ONU Mulheres, 2015), assim como várias mulheres imigrantes (ONU, 2019). Ademais, os diferentes tipos de violência também se cruzam de forma causal, o que foi incorporado a noções de um continuum da violência contra as mulheres (KELLY, 1998). Neste espectro, a natureza estrutural das violências cometidas contra as mulheres na América Latina, especialmente aquelas que são negras, indígenas, pobres, lésbicas, trans e com deficiências, deve ser reconhecida dentro da matriz colonialista mais ampla de poder que sustenta violências interseccionais de gênero no tempo e espaço (CARNEIRO, 2001 op cit MUÑOZ CABRERA, 2010: 15).

O contexto de violências em todas as suas formas prejudica a capacidade das mulheres de participar plenamente na vida da cidade, tanto produtivamente, em termos de perda de renda devido a problemas de saúde causados por violências de gênero, quanto socialmente, onde as mulheres sobreviventes podem se retirar da amizade e das redes sociais por causa de vergonha, estigma ou rejeição (HEISE et al., 2002).

Esses custos sociais também afetam famílias e crianças quando as cuidadoras se afastam desse papel, com subsequentes efeitos intergeracionais negativos entre as crianças que testemunham violências contra mulheres (MCILWAINE, 2016). Mas o elemento que destacamos neste artigo se refere aos efeitos sobre a vida urbana que reproduzem inseguranças associadas a desigualdades de gênero e propiciam formas especificamente urbanas de violência contra mulheres e meninas, remoldando, por sua vez, subjetividades de gênero que reproduzem mais desigualdades.

Nesta intersecção temática e disciplinar, a noção de infraestrutura e, especialmente, o conceito de violência infraestrutural se apresentam como particularmente relevantes. Trata-se de termos cunhados no contexto da recente 'virada infraestrutural' nos estudos urbanos, movimento teórico que explora a mediação, sustentação e reprodução de relações de poder através de infraestruturas urbanas (LARKIN, 2013; MCFARLANE e SILVER, 2017). Em meio a um debate crescente sobre as dimensões de gênero nas conexões entre violência urbana e estrutural, a perspectiva sobre infraestruturas apresenta uma ferramenta analítica crucial para o exame do direito à cidade de mulheres (DATTA e AHMED, 2020; LAURIE e SHAW, 2018). Definida por Rodgers e O'Neill (2012) como processos de marginalização, exclusão e alienação social que se tornam operacionais ao sustentar cidades contemporâneas, a 'violência infraestrutural' se baseia nas ideias pioneiras de Galtung (1969) sobre 'violência estrutural' que engloba variadas privações, inclusive opressões materiais, psicológicas e simbólicas, no tempo e espaço (FARMER, 2004). Reconhece-se a infraestrutura como inerentemente relacional, tornando-se concreta na medida que se vincula a práticas organizadas (LARKIN, 2013; STARR, 1999). A violência infraestrutural pode se manifestar como forma de exclusão passiva de segmentos populacionais a serviços e recursos básicos, como habitação, saneamento básico, água, eletricidade (PAIN, 2019; DATTA, 2016). Pode também se expressar de modo ativo por meio de infraestruturas propositalmente desenhadas para o controle social e marginalização de segmentos específicos da população (RODGERS e O'NEILL, 2012). No que tange mulheres, esta modalidade de violência pode gerar sofrimentos indiretos sobrepostos através das múltiplas cargas reprodutivas que recaem sobre seus corpos ao lidarem com inadequações de infraestrutura, bem como com formas diretas de agressão física e sexual (CHANT e MCILWAINE, 2016; também DATTA, 2016). Esses processos também se relacionam com o conceito de 'violência lenta' (NIXON, 2011) para se referir à violência gradual e oculta da destruição ambiental que varia no tempo e no espaço e que para as mulheres engloba inseguranças e barreiras inerentes à exclusão da infraestrutura (DATTA e AHMED, 2020).

No entanto, até recentemente, esses debates subestimaram a importância do gênero e como as mulheres são desproporcionalmente excluídas da infraestrutura urbana, dando origem a mais violências de gênero. Isso não quer dizer que as relações entre gênero e infraestrutura não tenham sido examinadas, mas sim que raramente foram concebidas como violências infraestruturais. De fato, estudos feministas,

e especificamente os que atentam a territórios de baixa renda nas periferias globais, destacam como a infraestrutura inacessível e/ou de baixa qualidade nas cidades, junto com a pobreza e a exclusão, muitas vezes geram formas diretas de violência baseada em gênero contra mulheres e meninas (CHANT e MCILWAINE, 2016). A noção de ‘violência infraestrutural’ vem sendo usada cada vez mais para identificar disparidades infraestruturais que afetam mulheres exclusiva ou desproporcionalmente, em seus papéis de reprodução social (CHAPLIN e KALITA, 2017). Aqui desenvolvemos a noção de ‘violência infraestrutural de gênero’, associada à contestação feminista mais ampla contra narrativas individualizadas e isoladas sobre violências de gênero diretas em diferentes escalas locais e temporais, estas sendo efetivamente implicadas em contextos mais amplos de violências estruturais e de Estado (DOMINGUEZ e MENJÍVAR, 2014; JOKELA-PANSINI, 2020; MENJÍVAR e WALSH, 2017; PAIN e STAEHELI, 2014). Violências estruturais e infraestruturais estão, portanto, diretamente implicadas em dinâmicas de violências contra mulheres e meninas no contexto urbano. São diversos os exemplos de como as mulheres vivenciam a violência baseada em gênero enquanto negociam os espaços públicos da cidade com iluminação pública inadequada, instalações de água e saneamento e sistemas de transporte público inseguros (LEVY, 2013; SOMMER et al. 2015). Essas ocorrências comprometem diretamente o direito das mulheres à cidade em termos de mobilidade, liberdade e segurança de subsistência (BEEBEEJAUN, 2017).

É neste sentido que o presente artigo provoca uma reflexão sobre violências contra mulheres e meninas como sendo reproduzidas não-linearmente – i.e. como meramente entre agressor e vítima. O acesso a infraestruturas urbanas é negociado e pode intensificar ou mitigar violências de gênero, excedendo, assim, as esferas individuais e da vida privada e interseccionando-as com a esfera pública e da vida urbana. Buscamos destacar justamente que a injustiça urbano-espacial é também associada à violência de gênero dentro e fora do âmbito doméstico, especialmente no que tange à violência infraestrutural de gênero que transcende experiências íntimas e individualizadas. Público e privado se misturam e, rompendo com esta dualidade, uma nova dimensão do direito à cidade pode ser delineada. Para desenvolver este argumento, apresentamos a seguir os resultados da pesquisa empírica implementada transnacionalmente.

3. A Cidade e as Violências contra Mulheres: uma abordagem transnacional

A pesquisa contrastou a experiência de violências contra mulheres entre dois grupos populacionais ditos ‘marginalizados’, de formas e graus diferenciados, em duas grandes cidades globais para examinar como relações de gênero e formas de violência operam como barreiras para a plena participação das mulheres na vida urbana. Em contraste com a típica abordagem de se investigar violência em contextos de precariedade ou desvantagens socioeconômicas, buscamos estabelecer uma abordagem transnacional

entre o Norte e o Sul global. Transnacionalidade, neste sentido, corresponde a um olhar analítico que transcende escalas locais, nacionais e internacionais. Dados sobre a violência frequentemente reforçam a segmentação geopolítica Norte-Sul: indicadores comparativos⁴ frequentemente situam Londres como uma das cidades mais seguras do mundo para mulheres; O Rio de Janeiro, por outro lado, é amplamente associado à intensa violência urbana, inclusive com altos índices de violências contra mulheres. Buscando desestabilizar este dualismo, a pesquisa foi realizada entre 2016 e 2018 com mulheres brasileiras que vivem em Londres como imigrantes e mulheres brasileiras que vivem no Rio de Janeiro como moradoras do conjunto de favelas da Maré. No entanto, é importante destacar a ressalva de que há variações consideráveis de precariedade e privilégios em ambos os grupos e que as associações aqui estabelecidas não buscam homogeneizar nem essencializar as diversas experiências, mas sim desconstruir os estigmas da complexidade social neste debate global.

Em Londres, a pesquisa foi realizada no contexto de uma população brasileira residente relativamente nova na cidade, com a maioria chegando desde 2000 (MCILWAINE e BUNGE, 2016). Embora as estimativas variem, o censo 2011 do Reino Unido relatou 52.000 brasileiros em nível nacional, com 61% concentrados em Londres (EVANS et al., 2015). Enquanto brasileiros tendem a apresentar qualificação, muitos estão envolvidos em trabalhos manuais, com até 1/3 tendo status migratório inseguro. Isso pode levar a altos níveis de marginalização exacerbados por dificuldades em falar Inglês (MCILWAINE e EVANS, 2018). Embora não haja estimativas para a incidência de violência contra mulheres dentre a população brasileira, no Reino Unido em geral, cerca de 1.6 milhões de mulheres com idade entre 16 e 74 anos sofreram violência doméstica em 2017 (ONS, 2019). De acordo com o Censo de Femicídio (LONG e HARVEY, 2020), 1.337 mulheres foram mortas entre 2009 e 2018, das quais 16% eram estrangeiras, com outras 9% de origem desconhecida. Em Londres, as taxas são especialmente altas, com quase 90.000 crimes de violência doméstica relatados entre março de 2019 e março de 2020, de acordo com a prefeitura de Londres. Esses números provavelmente ainda são subestimados, considerando a subnotificação e o fato de que estatísticas falham em reconhecer como a violência de gênero reflete incidentes múltiplos e simultâneos (WALBY e TOWERS, 2017). Embora pesquisas sobre violência de gênero entre latino-americanas no Reino Unido sejam limitadas, estudos qualitativos sugerem que uma em cada quatro mulheres sofrem violência por parceiro íntimo (MCILWAINE e CARLISLE 2011). Mais amplamente, 3/4 das latino-americanas identificam discriminação em Londres com mulheres sendo particularmente afetadas por assédio sexual no trabalho (MCILWAINE et al, 2011).

Em termos de estrutura de pesquisa, em Londres, foram realizadas 12 entrevistas com organizações que prestam assistência a imigrantes (EVANS e MCILWAINE, 2018). Além disso, um *survey* virtual foi realizado com 175 mulheres brasileiras de diferentes partes da cidade, abordando experiências de violência de gênero no Reino Unido e/ou Brasil e suas diversas formas de ocorrência. Embora houvesse

limitações, especialmente em termos de alcançar entrevistadas com mais alto nível de instrução e com conhecimento de informática, esta abordagem permitia que as mulheres completassem o questionário anonimamente. Realmente, aquelas que o concluíram tendiam a ser relativamente jovens (74% com menos de 50 anos), com boa educação (72% com educação universitária), empregada em cargos técnicos e gerenciais (53%) e etnicamente brancas (73%). A maioria era originalmente de São Paulo (42%), com 10% do Rio de Janeiro e 9% de Minas Gerais e Paraná cada. Por sua vez, 69% das mulheres eram casadas ou em relacionamentos estáveis, 15% eram separadas ou divorciadas e 13% eram solteiras, com pouco mais da metade tendo filhos (55%). Enquanto este perfil reflete graus mais altos de privilégio do que foi relatado em outras pesquisas com brasileiras (EVANS et al., 2015), entrevistas em profundidade permitiram a identificação de experiências de mulheres com situação ocupacional e imigratória mais precária. No total, 25 entrevistas em profundidade foram realizadas, 20 com mulheres sobreviventes que foram apoiadas pela *Latin American Women's Rights Service* (LAWRS), organização parceira da pesquisa, e cinco com mulheres que foram recrutadas aleatoriamente nos círculos brasileiros e que não tinham necessariamente experimentado violência de gênero. Seis grupos focais foram também realizados, cinco com mulheres e uma com homens (um total de 16 pessoas), usando métodos de avaliação participativa para explorar a natureza da violência contra mulheres e meninas. Todas as entrevistas e grupos focais foram conduzidos em português na sede da organização de imigrantes com a disponibilidade de uma conselheira treinada caso seu apoio fosse necessário.

No Rio de Janeiro, uma estrutura metodológica semelhante foi implementada na Maré, que fica na Zona Norte da cidade e compreende 16 favelas, configurando uma das maiores favelas do Brasil. Em 2013, o Censo da Maré (Redes da Maré, 2013) apontou para uma população de quase 140.000 pessoas, das quais 51% eram mulheres. A Maré é geralmente caracterizada por níveis elevados de pobreza, desigualdade e insegurança pública. Muitos residentes têm baixos (embora crescentes) níveis de educação e trabalho na informalidade ou trabalho autônomo. Mais da metade se identifica como mestiça, 1/3 como branco e menos de 10% como preto. Embora muitos trabalhadores locais sejam vendedores ambulantes ou empregadas domésticas, há também uma cultura empreendedora vibrante na Maré com cerca de 2.500 pequenas empresas. No entanto, a Maré é dominada por quatro dos grupos armados do Rio de Janeiro: as facções Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigos dos Amigos e a Milícia (SILVA SOUSA, 2017). Como uma área de recorrentes operações policiais, só em 2017 ocorreram 41 operações policiais que resultaram em 42 mortes, 41 pessoas feridas e o fechamento de postos de saúde e escolas por 45 e 35 dias respectivamente (KREZNIGER et al., 2018a). Em 2019, foram 39 operações, 45 feridos e 49 mortes (ver também Redes da Maré, 2019). Em termos de violência contra mulheres, estima-se que 35% das mulheres nacionalmente sofreram violências de gênero, das quais 80% foram perpetradas por um parceiro atual ou ex (GUIMARÃES e PEDROZA, 2015; ver também KISS et al., 2012). No Rio de Janeiro

em 2016, 396 mulheres foram vítimas de homicídio, sendo uma mulher assassinada todos os dias (KRENZINGER et al., 2018a).

A aplicação metodológica na Maré envolveu o mapeamento de 14 provedores de serviços que lidam com a violência contra mulheres e meninas, a aplicação de questionários individuais com 801 mulheres, juntamente com sete grupos focais com mulheres mais velhas, mulheres integrantes de organizações religiosas locais, pessoas LGBTQ+, usuários de drogas, coletivos ativistas (homens e mulheres) e pesquisadores de campo (59 pessoas no total, em todos os grupos), além de entrevistas em profundidade com 20 mulheres sobreviventes de violência. O trabalho de campo foi realizado por pesquisadoras da Redes da Maré em três áreas cobrindo 15 favelas usando amostragem sequencial baseada no Censo da Maré (Redes da Maré, 2013). A pesquisa mostrou que as mulheres eram predominantemente jovens (65% com idade inferior a 44), com a maioria (62%) nascida no Rio de Janeiro, das quais 41% nasceram na Maré. A maioria das mulheres tinham baixa escolaridade (53% tinham apenas o ensino primário); quase metade identificada como parda (48%) e 30% se declararam brancas. Por sua vez, 23% das mulheres estavam empregadas, e 21% desempregadas; 1/5 trabalhava por conta própria, geralmente em pequena empresa. O restante foi identificado como trabalhadoras domésticas (19%), aposentadas (12%) ou estudantes (2%). Mais de 1/3 (36%) eram solteiras, 45% casadas ou em união estável e 10% separadas ou divorciadas, sendo que 80% tinham filhos.

A pesquisa identificou a violência contra mulheres e meninas como multidimensional e multilocalizada, incidente tanto em esfera pública quanto privada, por variados perpetradores e estendida temporalmente. Esta multidimensionalidade pode ser vista como um *continuum* em que diversos tipos de violência de gênero (física e não física) se cruzam e se afetam causalmente em escalas individuais, familiares, comunitárias, municipais, nacionais, e transnacionais (MCILWAIN e EVANS, 2020). O próprio entendimento do que é violência de gênero varia significativamente e tende a focar agressão física no contexto conjugal (KRENZINGER et al., 2018).

Em Londres, a conscientização sobre o assunto se revelou maior e 82% das mulheres relataram ter experimentado isso. As mais propensas a denunciar suas experiências viviam na cidade por entre 10 e 20 anos, estavam na faixa dos 40 anos, tinham pós-graduação, se autodeclararam pardas em vez de brancas, eram separadas ou divorciadas, trabalhavam em serviços e tinham acesso à própria renda. Quanto aos tipos gerais identificados, o mais frequente foi a violência psicológica/emocional (48%), seguida da violência física (38%) e violência sexual (14%). O contato físico indesejado foi a forma específica mais comum de violência de gênero (experimentada por 42%), junto com o físico agressão (36%) e humilhação ou discriminação (33%). A maioria dos perpetradores eram conhecidos por mulheres (66%); embora um terço da violência de gênero tenha sido cometido por estranhos, quase 1/4 (23%) foi por um parceiro íntimo, com chefes e colegas em locais de trabalho responsáveis por 26% e amigos e familiares por 10%.

Violências de gênero foram vivenciadas em vários momentos ao longo do curso de vida das mulheres. Por exemplo, Sofia⁵, de 40 anos, experienciou o seguinte episódio em Londres e no Brasil: foi presa, espancada, chutada, estuprada, insultada, assediada, controlada financeiramente e abusada pelo marido. Também fora de casa, foi abusada sexualmente por um colega de igreja em Londres.

No Rio, onde a conscientização pareceu mais restrita, os níveis de incidência eram menores. Embora a grande maioria das inquiridas (76%) afirmou que violências contra mulheres ocorrem na Maré, apenas 29% declararam abertamente que a sofreram. No entanto, quando questionadas sobre 12 formas específicas de violência, este número subiu para 57% das mulheres entrevistadas indicando ter sofrido uma ou mais formas de violências de gênero (34% físicas, 30% sexuais e 45% psicológicas). Além disso, as mulheres de áreas controladas por milícias e com o menor número de ONGs apresentaram níveis mais baixos, sugerindo que elas tinham potencialmente medo de discutir o assunto ou seriam menos conscientes sobre a questão. O segmento com maior probabilidade de ter experimentado a violência de gênero foi de jovens entre 18 e 29 anos (quase 35%) e mulheres entre 30 e 44 anos (34%), pardas (45%), que viveram toda a vida na Maré, com nível secundário de escolaridade completo (37% as de nível primário completo e incompleto somaram 44%) e solteiras ou separadas. Parceiros íntimos cometeram 47% das violências e 7% por outros membros da família; o restante foi cometido por colegas de trabalho, chefes, amigos e desconhecidos. Como em Londres, as mulheres sofreram vários tipos de violência ao longo de suas vidas, incluindo humilhação e violência psicológica; sofreram agressão física na forma de socos, pontapés e ataques de faca; estupros ou abuso sexual; maus-tratos na infância; ostracismo social; tentativas de homicídio; abuso financeiro; assim como sexismo e racismo.

Em termos empíricos, a violência contra mulheres e meninas se manifestou em múltiplos espaços e territórios das cidades de Londres e Rio de Janeiro. Em Londres, 30% de toda a violência de gênero ocorreu no domínio doméstico (22% na casa da vítima e 8% na casa de outra pessoa), principalmente na forma de 'violência por parceiro íntimo' (75% dos perpetradores), enquanto na Maré, verificou-se uma divisão quase equilibrada nas incidências de violência na esfera pública (53%) e privada (47%). Em relação à violência física especificamente, 66% das ocorrências foram na esfera privada. Quanto à violência sexual, 73% das experiências foram na esfera pública e 59% das violências psicológicas foram na esfera pública, como comentários negativos e agressões verbais. Frequentemente, este tipo de violência se manifestou excepcionalmente grave, geralmente assumindo formas múltiplas e sobrepostas. No entanto, a violência por atuais e ex-parceiros íntimos, ou outros membros da família, também aparece perpetrada em domínios públicos da cidade. Em Londres, Miriam contou como seu ex-marido a seguia por toda parte depois que se separaram, assediando-a continuamente na rua e até jogando um tijolo pela janela de seu apartamento. Na Maré, Victoria lembrou como seu marido a perseguiu na rua e rasgou seu vestido enquanto a atacava. Outros membros da família eram frequentemente perpetradores de violência dentro

e fora de casa. Em Londres, Camila falou sobre como seu irmão a sujeitava a constantes abusos físicos quando ela era criança na Bahia. Teresa, na Maré, lembrou como seu irmão a agrediu na rua como parte de uma discussão com o pai, envolvendo agressão e ameaça com arma de fogo.

Em termos de outras formas de violências de gênero ocorridas em espaços públicos mais especificamente, em Londres, o local de trabalho emergiu como um importante local de violência onde quase 1/4 ocorreu (23%). Muito disso se deu na forma de assédio sexual, conforme discutido por Isabel, uma camareira de um hotel, que descreveu como um colega a atacou em um quarto vazio, jogando-a na cama e estrangulando-a enquanto a agredia sexualmente, antes que ela conseguisse escapar. Outros locais públicos onde violências de gênero foram perpetradas foram cafés e bares (16%), transportes públicos (10%) e áreas públicas (10%). Na Maré, os espaços públicos locais (18%) e as ruas da comunidade (10%) foram os locais mais comumente identificados, com apenas 5% dos casos ocorrendo no local de trabalho e 1% em transporte público. O último pode ser explicado pelos altos níveis de mulheres administrando seus próprios negócios ou trabalhando em casa, assim como pelos baixos níveis de uso de transporte público dentro da favela. No entanto, as violências de gênero experimentada em áreas públicas da Maré foram extremamente graves, especialmente a violência sexual, e interligadas com os altos níveis de violência urbana generalizada no território (ver também KRENZINGER et al., 2018b).

Enquanto certos espaços dentro da cidade são associados à violência de gênero, como locais de trabalho em Londres e espaços públicos na Maré, outros fatores de risco compartilhados e mais genéricos se revelaram na pesquisa. As condições de vida e trabalho como imigrante em Londres estão frequentemente relacionadas ao trabalho urbano explorador ou ao uso do transporte público em horários pouco sociais. Dentre moradoras de favelas no Rio de Janeiro, a violência urbana endêmica por parte do Estado e de grupos armados se revelou, como se verá, como um 'gatilho urbano' específico (MCILWAINE, 2013). Em relação à violência por parceiro íntimo, gravidez, aborto espontâneo, abuso sexual incestuoso na infância e abuso de substâncias também surgiram como fatores precipitantes (HEISE e KOTSADAM, 2015). Em Londres, por exemplo, Laura tinha um namorado português que era viciado em metanfetamina e que a atacou quando estava sob influência da droga. Na Maré, similarmente, houve um consenso em um dos grupos focais de que dentre usuários de drogas a violência de gênero é recorrente, especialmente na 'cena do crack'. Abuso sexual na infância é também reconhecido por afetar a perpetração e experiência de violência contra mulheres na vida adulta (JEWKES et al., 2015). Entre as mulheres brasileiras em Londres, muitas haviam migrado para escapar de tais abusos, enquanto outras continuavam lutando para lidar com as consequências. De fato, 8 em 25 relataram ter sido submetidas a alguma forma de abuso sexual incestuoso por pais, tios e primos no Brasil antes da imigração. Na Maré, o abuso infantil se revelou muito fortemente. Em um caso grave, Maria Elisa, falou de seu abuso sexual por um membro da família quando ela tinha seis anos. Essa pessoa tinha até queimado suas partes íntimas para que ela não contasse

a ninguém. Alguns anos depois e ainda traumatizada, ela fugiu de uma pequena cidade próxima ao Recife para a Maré com seus primos para escapar dos abusos.

A violência institucional de gênero também se manifesta no domínio público de formas insidiosas. Na Maré, esta estava explicitamente relacionada com complexa questão da (in)segurança pública. Por um lado, agentes armados, como a polícia, foram apontados como perpetradores de violências contra mulheres e meninas. Outros atores, como integrantes do tráfico, foram apontados tanto como perpetradores – na forma de agressão e exercício de poder territorial – mas também como agentes de 'proteção' na ausência de forças de segurança do Estado dispostas a apoiar as mulheres dentro de favelas (ver também MOSER e MCILWAINE, 2004; WILDING, 2014). Por exemplo, Jennifer contou como seu marido entrou em um bar na favela e bateu em seu rosto, fazendo-a cair. Um grupo de envolvidos confrontou seu marido e o expulsou. Embora esta seja uma situação reativa, algumas mulheres procuram ativamente estes atores para ajudá-las em caso de falta de apoio legal por parte da polícia. Lina discutiu o quanto as mulheres se sentem compelidas a recorrer a formas extrajudiciais ou paraestatais para lidar com a violência de gênero. Relatou que buscava a proteção 'da lei' para manter seu agressor distante dela mas, sabendo que como moradora de uma 'comunidade pobre' não veria a lei respeitada, reconhece o papel dos grupos armados para resolver conflitos de forma violenta, com ameaças, banimentos e mesmo execuções.

Enquanto a situação de violência institucional de gênero se manifesta na Maré de forma claramente endêmica, esta também foi relatada em Londres, embora de diferentes formas. Geralmente implicava abuso de mulheres nas mãos de funcionários do Estado, desde a polícia até agentes de controle de fronteira. Por exemplo, Camila se recordou de como ela foi abusada verbalmente por um oficial de imigração em um aeroporto de Londres – após 3 horas de entrevistas, um oficial a acompanhou até o elevador para buscar sua bagagem e, dentro do elevador, fez comentários sobre seus seios e perguntou se poderia tocá-la.

Mais do que paralelos internacionais, o que destacamos aqui é que a arena da perpetração da violência contra mulheres brasileiras em contexto urbano é a transnacional. Efetivamente, verificou-se que as experiências de violência de gênero estimularam bastante a migração de mulheres do Brasil (geralmente das grandes cidades de São Paulo e Rio de Janeiro) para Londres, com 77% das mulheres em Londres afirmando que sofreram antes de migrar. Motivadas por um desejo geral de melhorar suas vidas, muitas mulheres também discutiram como haviam fugido do Brasil para escapar de parceiros violentos ou como haviam migrado com os agressores na esperança de que a violência diminuísse. Cristina de São Paulo, por exemplo, mudou-se para Londres em 2009 com o marido, que antes era violento com ela, em uma tentativa de salvar o casamento, mas a violência aumentou. No entanto, Cristina observou que recebeu apoio dos serviços sociais britânicos, que considerou melhor do que o fornecido no Brasil. Outra

dimensão da violência de gênero urbana transnacional em Londres foi o tráfico de pessoas e o trabalho forçado, com vários casos de mulheres que chegaram para trabalhar e tiveram passaportes confiscados e/ou acabaram vivendo em situação de servidão. Sabrina, por exemplo, foi para Londres trabalhar para uma família brasileira como babá. Embora a família tenha organizado o visto e a viagem, na chegada eles pegaram seu passaporte e a fizeram cuidar de dois filhos, fazer todas as tarefas domésticas e trabalhar para seu chefe como faxineira e mensageira, de manhã cedo até tarde da noite. Seu chefe então começou a assediá-la sexualmente e fisicamente, levando-a a fugir, primeiro por meio de alguns amigos brasileiros e depois com a ajuda de uma organização de proteção a imigrantes. De fato, dentre aquelas que vivenciaram violências de gênero no Brasil, mais da metade (52%) tiveram novas experiências em Londres, enquanto outras as enfrentaram em Londres pela primeira vez.

4. Disparidades Infraestruturais Urbanas em Londres e no Rio de Janeiro como Barreiras ao Direito de Mulheres à Cidade

Como um círculo vicioso, formas mais amplas de insegurança associadas à violência estrutural, simbólica e infraestrutural – sustentadas pela desigualdade de gêneros – condicionam a perpetração de violências contra mulheres e meninas que, por sua vez, afetam as subjetividades, normas e práticas de gênero que organizam a vida urbana e reproduzem desigualdades. Por um lado, ainda que relações desiguais de poder tenham sido identificadas tanto na Maré quanto em Londres como causadoras de violências de gênero, muitas mulheres reconheceram a adaptabilidade da misoginia ao contexto, onde as manifestações da violência podem ocorrer de maneiras mais ou menos explícitas de acordo com as diferenças entre Brasil e Reino Unido. Por outro lado, os próprios significados de gênero também se transformam espacialmente, como se verifica na forma como as mulheres brasileiras são estereotipadas interseccionalmente no Reino Unido por meio da racialização e hipersexualização complexas (ver também BESERRA, 2005; DATTA e MCILWAINE, 2014).

Para retornar à noção do direito das mulheres à cidade, a segurança não é apenas a ausência de violência, mas também envolve a promoção de bem-estar e igualdade de gênero através do acesso a meios de subsistência e participação ativa em todos os aspectos da vida urbana, desde a circulação e ocupação do espaço público até a tomada de decisões sobre os recursos implementados na cidade (WHITZMAN et al., 2014). No entanto, é crucial que isso seja avaliado em diversas escalas e espaços, do corpo ao lar, da comunidade à cidade e transnacionalmente, e que as causas sejam reconhecidas como tendo raízes profundas em relações de poder de gênero e violências estruturais. Efetivamente, o direito à cidade para mulheres engloba as interseções entre as relações privadas e públicas livres de violência de

gênero que são sustentadas por uma série de condições materiais, que se estendem por todos esses espaços (DATTA, 2016).

A perspectiva sobre a violência de gênero adotada nesta pesquisa implica um entendimento desta não apenas como um fenômeno individual de uso de força masculina e abuso contra mulheres e meninas, mas como profundamente enraizado nas estruturas desiguais de poder que operam em cidades tanto quanto em escalas nacionais e transnacionais. Para além da esfera privada e doméstica, o Estado está, portanto, inteiramente implicado. A amplitude, gravidade e ubiquidade da violência de gênero entre as brasileiras em Londres e na Maré destaca como esta experiência domina a vida das mulheres de maneiras que são frequentemente ignoradas pela sociedade em geral, o que traz implicações significativas para a compreensão da participação equitativa das mulheres na cidade (PEAKE, 2017). É fundamental, para a compreensão dos entraves ao direito à cidade com igualdade de gênero, reconhecer que violências de gênero se manifestam em diferentes escalas, domínios e territórios. Por sua vez, as cidades estão situadas em relações globais mais amplas de violência estrutural que mediam e influenciam a natureza das violências de gênero. É neste ponto que argumentamos que a ‘violência infraestrutural’, definida acima, está diretamente implicada em dinâmicas de violências contra mulheres e meninas que, no contexto urbano, apresentam severas restrições ao direito de mulheres à cidade.

Os contextos dos dois campos de pesquisa, embora fundamentalmente diferentes de diversas maneiras, compartilham semelhanças na medida em que as vivências analisadas são de mulheres que residem de forma marginalizada e/ou em espaços periféricos da cidade. As mulheres brasileiras entrevistadas em Londres – resguardadas as experiências migratórias marcadas por variados indicadores de privilégios que também compõem este segmento social – tendem a enfrentar grandes desafios de insegurança em relação aos seus meios de subsistência, à regularização de suas situações migratórias e à suas capacidades linguísticas. Na Maré, mulheres enfrentam dificuldades relacionadas aos meios de subsistência, violência urbana endêmica e precariedade estrutural. Esses desafios afetam as experiências das mulheres na cidade de maneiras que são exacerbadas por violências de gênero. Portanto, tanto o ambiente imigratório hostil quanto o ambiente de violência cotidiana, considerando a interseção com a violência de gênero de ambos, são fatores estruturais que produzem medos que afetam fundamentalmente a capacidade das mulheres de transitarem livremente pelo espaço urbano. O medo restringe profundamente a liberdade das mulheres de se movimentarem no espaço urbano (WHITZMAN et al., 2014), limitando a mobilidade, criando silêncios e tornando imperativo a criação de estratégias para enfrentá-lo, como a mudança de rotas e horários de movimento, e a escolha crítica de suas roupas (MCILWAINE e MOSER, 2007). Essa imobilidade forçada e as limitações à liberdade minam fundamentalmente o direito das mulheres de vivenciar a cidade. Também são importantes aqui as experiências de pessoas LGBTQ+, um assunto que muitas vezes é esquecido nesses debates. Na Maré,

Marisa, uma mulher trans, falou em termos territoriais sobre suas experiências com a violência, caracterizando sua relação com o espaço em que habitou e circulou por tantos anos como de muita insegurança, particularmente se referindo a sua infância como menino que sofria agressões físicas e verbais principalmente por parte de homens e outros meninos.

No entanto, no que se refere aos mencionados paradoxos feminizados da vida nas cidade, assim como áreas urbanas podem apresentar restrições patriarcais menos marcadas do que nas áreas rurais, flexibilidades semelhantes nas normas e identidades de gênero tendem a transparecer quando migrantes se mudam internacionalmente para cidades do Norte global (MCILWAINE e CARLISLE, 2011). Embora este não seja sempre o caso (MCILWAINE, 2013), e apesar dos níveis alarmantes de violência de gênero em Londres e na Maré, algumas mulheres em ambos os lugares falaram de tolerância reduzida a tal violência. Assim como Maria Elisa fugiu de uma pequena cidade perto de Recife e se mudou para Maré por causa de abuso sexual incestuoso, algumas mulheres em Londres falaram em fugir do Brasil por causa de violências de gênero, tendo percebido o Reino Unido como mais favorável às mulheres que sofrem estas violências. Na verdade, quando as mulheres brasileiras em Londres foram solicitadas a comparar a incidência de violências de gênero no Brasil e no Reino Unido, algumas indicaram que seria a mesma ou pior (44%), enquanto 43% sentiram que era menos frequente no Reino Unido.

O que parece particularmente mais difícil no Reino Unido é o acesso a direitos e mecanismos de denúncia justamente por serem estrangeiras, apesar desta experiência não ser uniforme e, sim, ambígua. Por exemplo, Sofia ponderou que no Brasil a violência contra a mulher parece ser mais comum e as pessoas tendem a banalizá-la, mas que no Reino Unido sua sensação é de que consiste em um crime grave, muito embora para estrangeiras seja muito mais difícil denunciar e buscar apoio. Por outro lado, apesar de muitos casos de abandono em Londres, muitas mulheres falaram do apoio da polícia e de organizações – uma vez acessados com sucesso – que seriam ausentes no Brasil. Carolina, que compartilhou sua experiência de denunciar a violência de seu parceiro, afirmou que a polícia agiu imediatamente no Reino Unido, tendo recebido um aparelho para acionar a polícia ainda mais facilmente. O ponto aqui é enfatizar as ambivalências. Experiências mais marcadamente negativas são apresentadas abaixo.

Essas diferenças se refletem nos níveis de notificação e divulgação de violências de gênero em ambos os contextos, na medida em que 56% das mulheres nunca relataram em Londres (para amigos, família ou canais formais) em comparação com 65% na Maré. A principal razão para isso em Londres foi que elas pensaram que nada seria feito a respeito, juntamente com a falta de informação, e na Maré, que elas não achavam que a violência era grave o suficiente. Parece que embora a violência contra a mulher esteja certamente disseminada em todos os lugares, com níveis mais altos de tolerância na Maré do que

em Londres, as mulheres percebem variações na tolerância e no apoio, especialmente se forem migrantes.

A vida urbana, portanto, não coloca um risco de violência uniforme a mulheres. Embora existam causas urbanas específicas por trás da violência contra mulheres e meninas, também há mais formas de reação e apoio nas cidades. Também existem formas mais amplas de insegurança que afetam a perpetração de violências contra mulheres, vinculadas à violência estrutural em uma perspectiva transnacional e enraizadas na violência institucional e infraestrutural de gênero (MCILWAINE e EVANS, 2018 e 2020). Algumas delas são genéricas, enquanto outras se relacionam especificamente com a vida e o trabalho nas cidades. Em relação a imigrantes brasileiras entrevistadas em Londres, uma das mais significativas é a própria situação de imigração insegura, que pode marginalizar as mulheres sobreviventes de violências cujo medo de deportação invariavelmente as impede de buscar ajuda, criando-se uma forma de violência infraestrutural. A situação delas é agravada ainda mais pela falta de proficiência na língua inglesa e dificuldade de acessar serviços de apoio estatal, como apoio jurídico, devido a restrições de visto com a estipulação 'sem recurso a fundos públicos' (veja também EREZ et al., 2009). Como explicou Valentina, estando longe de seu país, sem falar o idioma, muitas não alcançam os trabalhos que teriam no Brasil e, portanto, sentem que não pertencem, ficam à margem da sociedade.

O status de imigração também pode ser usado como uma forma de manipulação da desigualdade entre gêneros, no sentido de que denunciar às autoridades de fronteira se torna uma ferramenta de ameaça e abuso (MENJIVAR e SALCIDO, 2002). Um prestador de serviços entrevistado relatou que se a mulher que passa por violências estiver no Reino Unido sem as devidas documentações regularizadas, seu parceiro pode se sentir autorizado a dominá-la e agredi-la sem receios de repercussões. Mulheres imigrantes também podem acabar se envolvendo em relacionamentos abusivos como em caso de casamento para obter documentos de imigração. Estas situações de insegurança também agravam a violência de gênero no âmbito público, na medida em que podem levar à concentração de mulheres imigrantes em trabalhos urbanos precarizados, como nos ramos da limpeza, onde enfrentam condições mais exploradoras do que imigrantes com direitos de residência. Conforme observado por outro provedor de serviços em Londres mulheres não são documentadas tendem a ser mais exploradas, estando muito mais vulneráveis a outras formas de discriminação, como a servidão doméstica e a escravidão sexual. Negociar os espaços públicos da cidade também pode ser perigoso para as mulheres imigrantes pelos mesmos motivos. Conforme observado acima, o assédio no local de trabalho se revelou comum, assim como o abuso no transporte público. Também foi apontado que as mulheres migrantes muitas vezes acabam trabalhando em empregos na cidade que as colocam em particular perigo. Por exemplo, a limpeza contratada ocorre no início da manhã ou tarde da noite, exigindo viagens em ônibus noturnos, onde várias mulheres relataram abusos (MCILWAINE, 2015).

Ao passo em que ser uma imigrante em Londres pode produzir, em dadas condições, desafios associados à marginalidade urbana que propiciam a violência contra mulheres, na Maré, os principais fatores de risco relativos à violência institucional, estrutural e infraestrutural são associados à residência em uma favela com altos níveis de violência urbana, proliferação de grupos armados, uso generalizado de armas de fogo e a profunda negligência do Estado (vide coletânea de LEMGRUBER et al., 2006). De fato, o Estado gera ativamente a violência na Maré por meio de operações policiais contínuas que resultam em mortes, ferimentos e fechamento de escolas e centros de saúde, o que, por sua vez, minam os direitos de mulheres e homens de participarem da vida urbana. Como uma mulher da Maré observou, o Estado – ou o que chamou de ‘governantes genocidas e assassinos’ – os privam de tudo, até o direito de ir e vir. O engajamento estatal se apresenta marcadamente como violência infraestrutural em favelas, com medidas projetadas para serem violentas, como remoções de favelas, incursões policiais ou mesmo milícias que agem dentro do aparato estatal para controlar e restringir o acesso à água, saneamento ou outros serviços básicos nestas localidades. Soma-se a isso, incidentes em que funcionários públicos constroem ou assediam sexualmente mulheres, meninas e pessoas trans que lutam por direitos básicos, com ramificações significativas para a violência doméstica (ver também SAWAS et al., 2020). No entanto, a invisibilidade de processos de violência infraestrutural sendo a torna perene, permissiva e impune (FERGUSON, 2012). Embora esta questão seja mais complexa do que se possa explorar aqui, é importante destacar que contextos de conflito urbano, onde a violência generalizada é vista como a norma, propiciam níveis mais altos de violências de gênero em decorrência dos modos específicos em que masculinidades hegemônicas são forjadas (JEWKES et al., 2015).

É neste sentido que obstáculos infraestruturais ao direito das mulheres à cidade emergem. Violência infraestrutural, como já exposto, se refere a falta de acesso a, ou o efetivo dano a partir de, recursos urbanos com consequências prejudiciais para grupos ditos marginalizados, com específicas dimensões de gênero (CHAPLIN e KALITA, 2017; DATTA e AHMED, 2020). No caso de imigrantes brasileiras, isto se reflete principalmente na dificuldade de acesso a serviços estatais ou de organizações não-governamentais. No caso de mulheres da Maré, na violência armada cotidiana, assim como no restrito acesso a serviços urbanos de saneamento básico, transporte, pavimentação, iluminação, entre muitos outros. A violência infraestrutural é largamente, mas não inteiramente, passiva no caso do Reino Unido, decorrente de omissão, e predominantemente ativa no Brasil, decorrente de efetiva política de Estado desenhada de forma intencionalmente violenta. A primeira se refere a danos causados por ‘limitações e omissões’, enquanto a segunda envolve desenvolvimento proposital de infraestrutura para controlar as normas sociais e marginalizar ativamente certos grupos (RODGERS e O’NEILL, 2012). No contexto urbano, tanto no Norte quanto no Sul global, ou nos centros e nas periferias do capital global, o direito à cidade das mulheres é condicionado e minado por violências públicas e privadas, individuais e

coletivas, diretas e indiretas, estruturais e infraestruturais – todas baseadas em gênero. As dualidades são úteis do ponto de vista analítico, mas, no plano das experiências cotidianas, estas se desfazem e se reconfiguram como limites ao direito de mulheres à cidade em relação às múltiplas formas da violência de gênero. Diante deste quadro, novas articulações do direito à cidade se fazem necessárias, sob uma perspectiva de gênero e feminista.

5. Considerações Finais

Este artigo explorou o papel da violência de gênero contra mulheres na cidade, com uma lente feminista, desde a perspectiva de brasileiras que vivem em Londres e das que residem no maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, a Maré. Reforçamos a necessidade de se compreender, acadêmica e politicamente, o direito à cidade com explícito reconhecimento das experiências de mulheres. Afinal, a cidade é das mulheres: feita de e por mulheres tanto quanto homens. Também defendemos a importância de levar em consideração, categoricamente, as violências diretas e indiretas contra mulheres e meninas em tais debates, especialmente em relação ao efeito destas minarem continuamente a equidade de gênero na vida urbana.

Os resultados empíricos de Londres e Rio de Janeiro mostram que a natureza endêmica e extensa destas violências gera uma série de resultados deletérios para a saúde, produtividade e bem-estar das mulheres. Em ambas as localidades, formas multidimensionais de violência contra mulheres e meninas ocorreram em domínios públicos e privados da cidade – com o local de trabalho sendo especialmente importante em Londres e as ruas e espaços públicos sendo especialmente significativos na Maré – e vários tipos emergiram na escala transnacional associada o processo de migração entre Brasil e Reino Unido. Embora as causas da violência de gênero contra mulheres sejam enraizadas em relações de poder insidiosas e desiguais, que se perpetuam além das fronteiras, elas se cruzam com formas específicas de violência infraestrutural urbana. Em Londres, isso girou em torno de tipos específicos de empregos urbanos em limpeza e trabalho sexual que são altamente exploradores, especialmente quando as mulheres detinham status de imigração inseguro e baixos níveis de domínio da língua inglesa. Na Maré, a violência cotidiana associada às forças de segurança do Estado e grupos armados se revelou como fator propulsor da violência contra mulheres e meninas nas favelas. Em ambos os casos, o que chamamos de violência infraestrutural de gênero também surge quando as mulheres enfrentam desafios no acesso a recursos e apoio em geral, assim como quando sofrem violência direta de gênero.

Os resultados da pesquisa também apontam para a necessidade de se repensar o espaço urbano na interface gênero-cidade com centralidade para as violências de gênero contra mulheres. O direito à cidade, conceito forjado no encontro produtivo entre academia e movimentos sociais, se potencializa ao

transcender dualidades tipicamente encontradas nos estudos urbanos e geografia jurídica. Assim, este conceito apresenta novas formas de enfrentamento à injustiça urbano-espacial que afeta a vida de mulheres transnacionalmente, tanto nas áreas centrais quanto em territórios urbanos periféricos.

Esta discussão rearticula o encontro interdisciplinar entre a geografia jurídica e o urbanismo feminista e aponta para a necessidade de novas investigações sobre as relações entre a violência urbana cotidiana e a violência de gênero, especialmente quanto à constatação de que a violência urbana, em suas múltiplas formas, é inerentemente relacionada a questões de gênero, algo nem sempre reconhecido em estudos urbanos (porém vide WILDING, 2014). Além disso, há um espaço considerável para explorar esses processos de maneiras multiescalares que podem destacar continuidades e descontinuidades entre comunidades urbanas periféricas no dito Sul global e entre grupos minoritários do Norte global, como migrantes e/ou minorias étnico-raciais que enfrentam formas complexas de exploração e privação em cidades (AUYERO 2011). Este debate é essencial para desafiar o discurso de que as violências contra mulheres e meninas são um fenômeno individual, muitas vezes desencadeado por ações das próprias vítimas, quando efetivamente formam um fenômeno profundamente estrutural, arraigado nas disparidades sócio-espaciais e muitas vezes viabilizado pelo Estado – ativamente ou por negligência. No contexto atual de desmonte de políticas sociais verificado na conjuntura global e brasileira, o desafio maior parece ser a transformação do próprio entendimento sobre a cidade e sobre experiências de mulheres, percebendo a cidade para além de um espaço habitável, mas um sistema dinâmico, produzido e reproduzido por mulheres – muitas vezes contra todas as probabilidades, na medida em que mulheres enfrentam várias formas de violência de gênero direta e indireta.

NOTAS

¹ O termo ‘violência contra mulheres e meninas’ é o termo adotado pela ONU Mulheres para designar uma forma específica de ‘violência baseada em gênero’, sendo esta última uma categoria ampla que também abrange violências contra homens, meninos, pessoas transgênero, ou identidades de gênero não-binárias. Sob uma perspectiva feminista, o termo violência baseada em gênero, usado genericamente, pode ofuscar o fato de que mulheres e meninas sofrem desproporcionalmente com a violência baseada no gênero e, portanto, reivindica-se uma designação específica (Hughes et al, 2016). Com esta importante ressalva, esclarecemos que ao usarmos estes termos neste artigo nos referimos à múltiplas formas de ‘violências de gênero’ (direta, indireta, estrutural, simbólica e infraestrutural) que afetam mulheres e meninas especificamente, incluindo nestas categorias as mulheres trans.

² Projeto de pesquisa desenvolvido entre 2016 e 2018, coordenado por Cathy McIlwaine (King’s College London), Miriam Krenzinger (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Eliana Sousa Silva (Redes da Maré) e Paul Heritage (People’s Palace Project da Queen Mary University of London) – com fomento do Economic and Social Research Council (ESRC) e Newton Fund (ES/N013247/1). Outras publicações da pesquisa estão disponíveis em: <http://transnationalviolenceagainstwomen.org/publications/>

³ A Violência de gênero é reconhecida na agenda internacional como uma questão importante desde os anos 1990 (Moser e McIlwaine, 2014). O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 visa explicitamente a eliminação de

todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo tráfico e exploração sexual e outros tipos de exploração. Também identifica a eliminação da violência de gênero como uma prioridade. O ODS 11 sobre urbanização reconhece que as mulheres são geralmente mais marginalizadas do que os homens nas cidades, especialmente em relação a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis. Da mesma forma, a Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat, lançada em 2016, ecoou um compromisso com a igualdade de gênero nas cidades, mesmo que as versões finais dela tenham marginalizado mulheres e meninas como grupos vulneráveis e de interesse especial (Moser, 2016). No entanto, a importância de abordar a segurança das mulheres nas cidades tem uma longa história, que remonta à década de 1980 em Londres e à década de 1990 em relação às auditorias de segurança das mulheres, especialmente mas não exclusivamente ligada ao programa ONU-Habitat Cidades Mais Seguras (WHITZMAN et al., 2014). Vide também as declarações associadas à Convenção da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979, especificamente a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres de 1993.

⁴ Vide, por exemplo, Goldsmith (2017). Nesta publicação, Londres é considerada a cidade mais propícia para mulheres (women-friendly) e o Brasil é justamente mencionado como país com cidades de altos índices de violência contra mulheres.

⁵ Os nomes indicados neste artigo para ilustrar os resultados da pesquisa são fictícios, preservando a identidade das participantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUYERO, J. Researching the Urban Margins: What Can the United States Learn from Latin America and Vice Versa? **City and Community**, v. 10, n. 4, pp. 431–436, 2011.

BASTIAN DUARTE, A. From the Margins of Latin American Feminism: Indigenous and Lesbian Feminisms. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 38, n. 1, pp. 153–178, 2012.

BEEBEEJAUN, Y. Gender, Urban Space, and the Right to Everyday Life. **Journal of Urban Affairs**, v. 39, n. 3, pp. 323-334, 2017.

BERNER, V.; MELINO, H. Perspectivas Feministas e Movimentos Sociais: uma Abordagem Fundamental para o Planejamento Urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 08, n. 4, pp. 1868-1892, 2016.

BESERRA, B. From Brazilians to Latinos? Racialization and Latinidad in the making of Brazilian carnival in Los Angeles. **Latino Studies**, n. 3, pp. 53-75, 2005.

BONDI, L.; CHRISTIE, H. Working out the urban: Gender relations and the city. In: G. Bridge and S. Watson (eds), **A companion to the city**, pp. 293-305. Oxford: Blackwell, 2003.

BRADSHAW, S. Women's decision-making in rural and urban households in Nicaragua. **Environment and Urbanization**, n. 25, pp. 81-94, 2013.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, pp. 91-101, 2000.

CHANT, S.; MCILWAINE, C. **Cities, slums and gender in the global south**: Towards a feminised urban future. London: Routledge, 2016.

CHANT, S. Cities through a 'gender lens': A golden 'urban age' for women in the global south? **Environment and Urbanization**, n. 25, pp. 9–29, 2013.

CHAPLIN, S.; KALITA, R. **Infrastructure, Gender and Violence**. New Delhi: Centre for Policy Research, 2017.

DATTA, A.; AHMED, N. Intimate Infrastructures: The Rubrics of Gendered Safety and Urban Violence in Kerala, India. **Geoforum**, n. 110, pp. 67-76, 2020.

DATTA, A.; MCILWAINE, C. Negotiating masculinised migrant rights and everyday citizenship in a global city: Brazilian men in London. In: A. Gorman-Murray and P. Hopkins (eds), **Masculinities and place**, pp. 93-108. Aldershot: Ashgate, 2014.

DATTA, A. The intimate city: Violence, gender and ordinary life in Delhi slums. **Urban Geography**, n. 37, pp. 323-42, 2016.

DOMINGUEZ, S.; MENJÍVAR, C. Beyond individual and visible acts of violence: A framework to examine the lives of women in low-income neighborhoods. **Women's Studies International Forum**, n. 44, pp. 184-95, 2014.

EREZ, E.; ADELMAN, M.; GREGORY, C. Intersections of immigration and domestic violence: Voices of battered immigrant women. **Feminist Criminology**, n. 4, pp. 32-56, 2009.

ESSER, D. Security scales: Spectacular and endemic violence in postinvasion Kabul, Afghanistan. **Environment and Urbanization**, n. 26, pp. 373-88, 2014.

EVANS, Y.; DIAS, G.; MARTINS, A.; SOUZA, A.; TONHATI, T. **Diversidade de oportunidades: Brasileiros em Londres**. Londres: Grupo de Estudos Sobre Brasileiros no Reino Unido, 2015.

FALÚ, A. (ed). **Women in the City: On Violence and Rights**. Santiago: Ediciones Sur, 2010.

FARMER, P. An Anthropology of Structural Violence. **Current Anthropology**, v.45, n.3, pp.305-325, 2004.

FENSTER, T. The right to the gendered city: Different formations of belonging in everyday life. **Journal of Gender Studies**, n. 14, pp. 217-31, 2005.

FERGUSON, J. Structures of Responsibility. **Ethnography**, v. 13, n. 4, pp. 558-562, 2012.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, pp. 167-91, 1969.

GOLDSMITH, B. The Safest e Most Dangerous Cities for Women Around the World. **Global Citizen**, 2017. Disponível em: <https://www.globalcitizen.org/en/content/most-dangerous-best-cities-for-women-2/> Acesso em 10/09/2020.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R.L.S. Violência Contra a Mulher: Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia e Sociedade**, n. 27, pp. 256-66, 2015.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEISE, L.; KOTSADAM, A. Cross-national and multilevel correlates of partner violence. **Lancet Global**, n. 3, pp. 332-40, 2015.

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTMOELLER, M. A global overview of gender-based violence. **International Journal of Gynaecology and Obstetrics**, n. 78, pp. S5-S14, 2002.

HINDIN, M.J.; ADAIR, L.S. Who's at risk? Factors associated with intimate partner violence in the Philippines. **Social Science and Medicine**, n. 55, pp. 1385-99, 2002.

HUGHES, C.; MARRS, C.; SWEETMAN, C. Introduction to Gender, Development and VAWG. **Gender and Development**, n. 24, pp. 157-169, 2016.

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU). **Direito à Cidade**: uma outra visão de gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

JEWKES, R.; FLOOD, M.; LAND, J. From work with men and boys to changes of social norms and reduction of inequalities in gender relations. **Lancet**, v. 385, n. 9977, pp. 1580-9, 2015.

JOKELA-PANSINI, M. Complicating notions of violence: An Embodied View of Violence Against Women in Honduras. **Environment and Planning C: Politics and Space**, 2020.

KELLY, L. **Surviving Sexual Violence**. Polity: Oxford, 1998.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, n. 43, pp. 1241-1299, 1993.

KISS, L.; SCHRAIBER, L.B.; HEISE, L.; ZIMMERMAN, C.; GOUVEIA, N.; WATTS, C. Gender-based violence and socioeconomic inequalities: Does living in more deprived neighbourhoods increase women's risk of intimate partner violence? **Social Science and Medicine**, n. 74, pp. 1172–9, 2012.

KREZNINGER, M.; SOUSA SILVA, E.; MCILWAINE, C.; HERITAGE, P. (eds) **Dores que liberam**. Rio de Janeiro: Attis, 2018a.

KREZNINGER, M.; GARCIA, J.; SILVA, I.; MARTINS, G.; SILVA, E. Olhares Sobre Violências contra Mulheres a partir de um Conjunto de Favelas. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Periódicos da UFES**, v. 16, n. 1, 2018b.

LARKIN, B. The Politics and Poetics of Infrastructure. **Annual Review of Anthropology**, n. 42, pp. 327–43, 2013.

LAURIE, E.; SHAW, I. Violent Conditions: the Injustices of Being. **Political Geography**, n. 65, pp. 8-16, 2018.

LEMGRUBER, J.; FEGHALI, J.; MENDES, C. **Reflexões sobre a Violência Urbana**: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

LEVY, C. Travel Choice Reframed: 'Deep Distribution' and Gender in Urban Transport. **Environment and Urbanization**, v. 25, n. 1, pp. 47-63, 2013.

LONG, J.; HARVEY, H. **Femicide Report**. Annual Report on UK Femicides 2018. London: NIA, 2020.

LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System, **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCFARLANE, C.; SILVER, J. Navigating the City: Dialectics of Everyday Urbanism. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, n. 3, pp. 458-471, 2017.

MCILWAINE, C.; BUNGE, D. **Towards visibility**: The Latin American community in London. London: Trust for London, 2016.

MCILWAINE, C.; CARLISLE, F. Gender transformations and gender-based violence among Latin American migrants in London. In C. McIlwaine (ed.), **Cross-border migration among Latin Americans**, pp. 157–74. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

MCILWAINE, C.; EVANS, Y. **We can't fight in the dark: Violence against women and girls (VAWG) among Brazilians in London.** London: King's College London, 2018.

MCILWAINE, C.; EVANS, Y. Urban violence against women and girls (VAWG) in transnational perspective: Reflections from Brazilian women in London. **International Development Planning Review**, v. 42, n. 1, pp. 93–112, 2020.

MCILWAINE, C.; MOSER, C. Living in fear: How the urban poor perceive violence, fear and insecurity. In K. Koonings and D. Kruijt (eds), **Fractured cities: Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America**, 117–37. London: Zed, 2007.

MCILWAINE, C. Urbanisation and gender-based violence: Exploring the paradoxes in the global south. **Environment and Urbanization**, n. 25, pp. 65–79, 2013.

MCILWAINE, C. Legal Latins: Creating webs and practices of immigration status among Latin American migrants in London. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 41, n. 3, pp. 493–511, 2015.

MENJIVAR, C. SALCIDO, O. Immigrant women and domestic violence: Common experiences in different countries. **Gender and Society**, n. 16, pp. 898–920, 2002.

MENJÍVAR, C.; WALSH, S. D. The Architecture of Femicide. **Latin American Research Review**, v. 52, n. 2, pp. 221–240, 2017.

MOSER, C.; MCILWAINE, C. New frontiers in twenty-first century urban conflict and violence. **Environment and Urbanization**, n. 26, pp. 331–44, 2014.

MOSER, C. **Gender, asset accumulation and just cities.** London: Routledge, 2016.

MUÑOZ CABRERA, P. **Intersecting Inequalities.** Central America Women's Network (CAWN): London, 2010.

NIXON, R. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

Organização Mundial de Saúde (OMS). **Estimativas globais e regionais de violência contra a mulher: prevalência e efeitos de violência doméstica e de violência sexual não conjugal na saúde.** Genebra: OMS, 2013.

Office of National Statistics (ONS). **Domestic Abuse in England and Wales Overview.** London: ONS, 2019.

ONU Mulheres. Un Marco de Apoyo a la Prevención de la Violencia Contra La Mujer. Nova York: UN Women, 2015. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2015/11/prevention-framework> Acesso em 10/09/2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). Violencia contra las trabajadoras migratorias – Informe del Secretario General (A/74/235). New York: ONU, 2019. Disponível em <https://www.unwomen.org/es/how-we-work/intergovernmental-support/general-assembly/ga74-2019> Acesso em 30/4/20.

ONU-Habitat. **The State of the World's Cities 2006/2007.** London: Earthscan, 2006.

PAIN, R. Intimate War. **Political Geography**, n. 44, pp. 64–73, 2015.

-
- PAIN, R.; STAEHLI, L. Introduction: Intimacy-geopolitics and Violence. **Area**, v. 46, n. 4, pp. 344-347, 2014.
- PAIN, R. Everyday terrorism: Connecting domestic violence global terrorism. **Progress in Human Geography**, n. 38, pp. 531-50, 2014.
- PAIN, R. Chronic urban trauma: The Slow Violence of Housing Dispossession. **Urban Studies**, v. 56, n. 2, pp. 385-400, 2019.
- PEAKE, L. The twenty-first century quest for feminism and the global urban. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 40, pp. 219–27, 2016.
- PEAKE, L. Feminism and the urban. In: J.R. Short (ed.) **A Research Agenda for Cities**, pp. 82-97. Cheltenham: Edward Elgar, 2017.
- PERRY, K. Geographies of Power: Black Women Mobilizing Intersectionality in Brazil. **Meridians**, n. 14, pp. 94-120, 2016.
- PHILO, C. Less-than-human geographies. **Political Geography**, n. 60, pp. 256-58, 2017.
- Redes da Maré. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2013. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>. Acesso em 10/09/2020.
- Redes da Maré. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré**, n. 4. Rio de Janeiro: Redes da Maré, , 2019. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes>. Acesso em 10/09/2020.
- RODGERS, D.; O'NEILL, B. Infrastructural Violence: Introduction to the Special Issue. **Ethnography**, v. 13 , n. 4, pp. 401-412, 2012.
- ROLNIK, R. 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, A.; VAZ, L.; SILVA, M. **Quem planeja o território?** Atores, arenas e estratégias. pp.87-104. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012.
- SANTOS, S. Interseccionalidade e Desigualdades Raciais e de Gênero na Produção de Conhecimento entre as Mulheres Negras. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de historia da UESPI**, v. 7, n. 1, pp.106-120, 2017.
- SAWAS, A.; CASTÁN BROTO, V.; ANWAR, N.; REHMAN, A. Intersectional Coproduction and Infrastructural Violence: Experiences from Pakistan. **Community Development Journal**, v. 55, n. 1, pp. 83-101, 2020.
- SILVA SOUSA, E. **A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro**: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Mare, 2017. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/livros/Livro_Pesquisa_ExercitoMare_Maio2017.pdf Acesso em 20/11/2020.
- SOMMER, M.; FERRON, S.; CAVILL, S.; HOUSE, S. Violence, Gender and WASH. **Environment and Urbanization**, v. 27, n. 1, pp. 105-16, 2015.
- STAR, S. The Ethnography of Infrastructure. **American Behavioral Scientist**, v. 43, n. 3, pp. 337-391, 1999.
- TANKEL, Y. Reframing 'safe cities for women': Feminist articulations in Recife. **Development**, v. 54, n. 3, pp. 352–57, 2011.

VACCHELLI, E.; KOFMAN, E. Towards an inclusive and gendered right to the city. **Cities**, n. 26, pp. 1-3, 2018.

VACCHELLI, E.; KATHRECHA, P.; GYTE, N. Is it really just the cuts? **Feminist Review**, n. 109, pp. 180-9, 2015.

WALBY, S.; TOWERS, J. Measuring violence to end violence: Mainstreaming Gender. **Journal of Gender-Based Violence**, v. 1, n. 1, pp. 11-31, 2017.

WATTS, C.; ZIMMERMAN, C. Violence against women: Global scope and magnitude. **Lancet**, v. 359, n. 9313, pp. 1232-7, 2002.

WHITZMAN, C.; ANDREW, C.; VISWANATH, K. Partnerships for women's safety in the city: 'Four legs for a good table'. **Environment and Urbanization**, n. 26, pp. 443-56, 2014.

WILDING, P. New violence: Silencing women's experiences in the favelas of Brazil. **Journal of Latin American Studies**, n. 42, pp. 719-47, 2010.

WILDING, P. Gendered meanings and everyday experiences of violence in urban Brazil. **Gender, Place and Culture**, v. 21, n. 2, pp. 228-43, 2014.

Negotiating Women's Right to the City: gender-based and infrastructural violence against Brazilian women in London and residents in Maré, Rio de Janeiro

Cathy McIlwaine*
Miriam Krenzinger
Moniza Rizzini Ansari
Yara Evans
Eliana Sousa Silva

ABSTRACT

This paper examines obstacles to ensuring a gender just right to the city emerging from direct forms of gender-based violence and indirect infrastructural violence against women and girls. Drawing from the so-called 'infrastructural turn' in urban studies, the article presents an innovative analytical tool for the growing debate on the gender dimensions of urban violence. Methodologically, it presents empirical analyses of the transnational nature of gender-based violence against women in cities, reporting a qualitative survey conducted between 2016 and 2018, with Brazilian women residing in London and women residing in one of the largest group of favelas in Rio de Janeiro, Maré. The study found that structural and infrastructural violence are directly implicated in the dynamics of gender-based violence that present severe restrictions on women's right to the city – be it regarding the difficulty of access to services and rights in the case of Brazilian migrants in London, or in the context of daily armed violence in the case of women in Maré. The article contributes to the interdisciplinary encounters between legal geography and feminist urbanism, formulating an understanding of gender-based violence in global cities in multidimensional, multiscale and transnational terms, which transcend intimate, individualized and private experiences.

Keywords: Right to the city; gender; infrastructural violence; Violence against Women and Girls; feminist urbanism.

RESUMO

O presente artigo examina os entraves ao direito à cidade com justiça de gênero, decorrentes de violências de gênero diretas e de violências infraestruturais indiretas contra mulheres e meninas. Com base na chamada 'virada infraestrutural' nos estudos urbanos, o artigo apresenta uma ferramenta analítica inovadora para o crescente debate sobre as dimensões de gênero da violência urbana. Metodologicamente, o artigo apresenta análises empíricas sobre a natureza transnacional das violências de gênero contra mulheres nas cidades, reportando uma pesquisa quali-quantitativa realizada entre 2016 e 2018, com mulheres brasileiras residentes em Londres e mulheres que residem em um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, a Maré. Como resultado, verificou-se que violências estruturais e infraestruturais estão diretamente implicadas nas dinâmicas de violência de gênero que apresentam severas restrições ao direito de mulheres à cidade – seja quanto à dificuldade de acesso a serviços e direitos no caso de brasileiras imigrantes em Londres, seja quanto ao contexto de violência armada cotidiana no caso de mulheres da Maré. O artigo contribui para o encontro interdisciplinar entre a geografia jurídica e o urbanismo feminista, formulando uma compreensão das violências de gênero em termos multidimensionais, multiescalares e transnacionais nas cidades globais, que transcendem experiências íntimas, individualizadas e privadas.

Palavras-chave: Direito à cidade; gênero; violências infraestruturais; violências contra mulheres e meninas; urbanismo feminista.

* Cathy McIlwaine is a professor in the Department of Geography at King's College London, with a PhD from the London School of Economics and a master's degree from the University of Liverpool.

Miriam Krenzinger is a professor and director of the School of Social Service at the Federal University of Rio de Janeiro, with a PhD and master's degree from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Moniza Rizzini Ansari is an associate researcher in the Department of Geography at King's College London, with a PhD from Birkbeck College University of London and a master's degree from the Federal University of Rio de Janeiro. Funded by CAPES Foundation BEX 0736/14-7.

Yara Evans is an associate researcher at the Centre for Environmental Policy at Imperial College London, with a PhD from the University of Wales Aberystwyth and a master's degree from Royal Holloway.

Eliana Sousa Silva is the director and founder of the organization Redes da Maré, with a PhD and master's degree from the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

1. Introduction

Women make up the majority of the urban population in the world today. Yet, there is little acknowledgement that urban space and urban life are effectively built and supported by women (CHANT AND MCILWAINE, 2016). This misconception has serious implications for an equitable urban experience and for women's right to the city globally. If, on the one hand, life in cities has the potential to promote important social changes, providing means for more gender equality, it is also significant that, on the other hand, effective and emancipatory changes are hindered on a daily basis by violence against women and girls, conditioning the ways of experiencing the city. In a global context in which one in three women experience gendered violence, with a higher incidence in cities (UN WOMEN, 2015), there is an urgent need to explore these dynamics, their obstacles and their alternatives. This article examines these issues in an effort to widen the narrow focus on gender in traditional debates on the right to the city. Thus, we highlight the importance of considering gender justice in cities (MOSER, 2016; see also FALU, 2010), as well as the need to recognize the city as a multi-scalar, transnational and translocal phenomenon, i.e., as urban systems globally connected and supported by unequal gender relations.

This paper draws empirically on the transnational nature of violence against women and girls¹ in cities based on a study carried out through an international partnership between researchers from Brazil and the United Kingdom on Brazilian women residing in London and those residing in one of the largest group of favelas in Rio de Janeiro, known as Maré². The research showed how gender-based violence can manifest itself in different ways and in various areas of the city in both contexts, fundamentally affecting women's lives and security. We argue that indirect forms of structural and infrastructural violence (RODGERS and O'NEILL, 2012; LAURIE and SHAW, 2018; DATTA and AHMED, 2020) are deeply gendered and are explicitly implicated in the dynamics of direct forms of gender-based violence that, in the urban context, present severe restrictions on women's right to the city. Informed by feminist perspectives, the paper contributes to the interdisciplinary encounters between legal geography and feminist urbanism, aiming to deepen understanding of gender-based violence at different local and temporal scales as well as to challenge causal narratives which focus solely on individual experiences (DOMINGUEZ and MENJÍVAR, 2014; JOKELA-PANSINI, 2020; MENJÍVAR and WALSH, 2017; PAIN and STAEHELI, 2014).

The paper is divided into three main sections. First, we outline the conceptual framework that informs the research arguing that violence against women and girls goes beyond the individual and private spheres and is structurally embedded in the public sphere and urban life. In this light, violence creates obstacles to a fulfilled and equitable urban experience, in contrast to many theoretical

approaches in which urban violence is predominantly discussed in relation to the right to the city generically and rarely from a gendered perspective. In questioning the duality between the public and private domains, a new dimension of the right to the city begins to be outlined. Moving on to examine the empirical elements of the research, we draw parallels between the situations observed in regard to Brazilian women in London and to women residing in Maré, Rio de Janeiro, following a transnational approach on violence against women in the global city. Finally, we consider the infrastructural obstacles to women's right to the city in terms of difficulties of access to services and rights in the case of Brazilian migrants in London, or the everyday context of armed violence for women from Maré. In the conclusion, we consider the conditions of urban life for women in global cities, in terms of limits to their right to the city, reflecting on horizons of transformations and new research avenues.

2. Conceptualizing the Right to the City and Gendered Infrastructural Violence

Although the roots of gender-based violence lie in private relations of patriarchal power, these intersect and are exacerbated by other forms of indirect structural violence, relating to the challenges of living in cities in both the North and the global South (PAIN, 2014; PHILO, 2017). Urbanization processes are recognized as permeated by gender in the sense that women and men experience the city in markedly differentiated ways (CHANT, 2013). Even so, a gender lens is often lacking in the understanding of cities in that it tends to be treated in different and less comprehensive ways. Indeed, debates about the meaning of 'just cities' – articulated within the framework of the United Nations and particularly the Sustainable Development Goals³ – tend to neglect the gender dimensions of urban justice (MOSER, 2016). In turn, urban theorization has been elaborated from an indisputably masculinist perspective (PEAKE, 2016), leading feminist analyses to critique a Lefebvrian formulation of urban rights in terms of their neglect of a gendered viewpoint that recognizes women's experiences in particular (VACCHELLI and KOFMAN, 2018).

Indeed, David Harvey (2014) defines the 'right to the city' in relation not only to the use of public space but also as the right to create and define these spaces in order to fulfill human needs for a full life in the urban environment. In these terms, the right to the city from a gendered perspective would involve safe access as well as the active participation of women in all aspects of urban life, including security in the circulation and occupation of public space as well as decision making powers about the resources available and accessed in the city (WHITZMAN et al., 2014). Although debates about gender-based violence as an obstacle to the right to the city often focus on the public sphere and on symptoms rather than causes, there have been recent moves towards more holistic and feminist approaches that foreground women's rights to experience the city in an equitable way (TANKEL, 2011).

In Brazil, the debate on women's right to the city has been gaining prominence. This 'right' is both an academic concept and a praxis of movements that combine urban and feminist struggles (BERNER and MELINO, 2016). In fact, Brazil's legal frameworks are often seen as pioneers in the field of the 'right to the city', with the City Statute of 2001 being a global reference point precisely because of its institutionalization of a concept coined by intellectuals and practiced by social movements (ROLNIK, 2012; MARICATO et al., 2013). Understood in this way, the ongoing forms of feminist dispute over urban space in Brazil in reaction to the gender disparities in the exercise of the right to the city is especially noteworthy (see reports on these experiences in IBDU, 2017). As a growing agenda for social struggles, women's right to the city has been increasingly consolidated in the urban political and theoretical agendas, intersected mainly by racial, generational and geographical issues.

Central to these debates has been the recognition that the experiences of women in the city cannot be dissociated from the private sphere (FENSTER, 2005), or from the intersections between the private and the public (PEAKE, 2017). It is only by exploring the gendered links between the public and private spheres in the city that a more comprehensive understanding of gender-based violence can be established (DATTA, 2016). Understanding gender-based violence in this way, therefore, makes the contradictory nature of urban gender transformations more evident, as cities make visible the effects of gender norms and practices (BONDI and CHRISTIE, 2003). Thus, on the one hand, urban life can lead to improvements in women's lives, mainly through better support systems and services for women survivors of violence compared to those in rural areas. Cities can also offer women opportunities to escape some unpaid domestic labour demands, access better paid work and potentially lead to shifts towards independence and self-development (BRADSHAW, 2013; HINDIN and ADAIR, 2002). On the other hand, urbanization also creates new demands for women in terms of new types of labor exploitation and specific urban problems such as pollution, inadequate housing, and mobility challenges (CHANT and MCILWAINE, 2016; MCILWAINE, 2013). Thus, the notion of the city as liberating for women needs to be moderated (PEAKE, 2017), especially the notion of the 'safe city', since gender-based violence acts as a barrier to women's rights of full participation in urban life (UN WOMEN, 2015).

Thus, the paradox of the experiences of violence against women and girls is that cities can also provide resources of protection for women who experience these violences. In a context where patriarchal restrictions may be more flexible in urban areas than in the countryside (CHANT, 2013), tolerance to gender-based violence tends to be lower in cities (HINDIN and ADAIR, 2002), with surviving women being more prone to act and trigger security mechanisms (HEISE et al., 2002). Tolerance also varies by country, being influenced by variations in criminal justice systems and prevailing attitudes towards violence, as well as state and civil society resources available to devote

to support services (VACCHELLI et al., 2015). Where the locus of the city has replaced the country as the main scale of intervention in relation to social justice issues (MOSER and MCILWAINE, 2014; PEAKE, 2017), it is essential to recognize that the nature and responses to violence against women and girls vary significantly according to the city, within a broader context that fundamentally undermines gender justice at both local and global scales.

This relates to the 'multiscalar' dimension which draws on feminist debates about how the diverse and interconnected forms of gender-based violence span multiple locations and geographies, from the intimate site of the body in cities to the global and transnational scales (DATTA 2016; JOKELA-PANSINI 2020; DOMINGUEZ and MENJÍVAR, 2014; PAIN 2015). We consider multiscalar a crucial lens to capture the concomitant ways in which gender-based violence occurs in various locations, transnationally, thus affecting women in Rio de Janeiro's peripheries and Brazilian migrants in London, as we will examine below.

Although often relativized as a problem in many cities, especially those with very high levels of male homicide rates (WILDING, 2010) or political violence (ESSER, 2014), gender-based violence is endemic across the urban world. Certainly, the relationship between gender-based violence and urbanization is not uniform everywhere, but there is a growing consensus that women experience especially high levels of insecurity and violence in cities (MOSER and MCILWAINE, 2014). The most widely accepted definitions of gender-based violence refer to violence in which women and girls are specifically affected because of their gender (WATTS and ZIMMERMAN, 2002) and the reasons for such violence are rooted in the exercise of social, economic or political power by men against women, implying the use of physical, sexual and psychological force and/or control in the private and public spheres (MCILWAINE, 2013). While acknowledging the limitations in accurate data collection, evidence shows that intimate partner violence in cities occurs less frequently than in rural areas, but violence outside the intimate partnership situation is greater in the former (MCILWAINE, 2013). Although, globally, about 35% of women have experienced some form of gender-based violence (WHO, 2013), UN-HABITAT (2006) suggests that they are twice as likely to experience violence in cities, especially in the so-called global South. Furthermore, despite the diversity in the nature and forms of gender-based violence in cities, its incidence is considered higher in certain parts of cities, such as in peripheral urban communities (CHANT and MCILWAINE, 2016).

In the Latin American context, studies on the terms in which gender-based violence transcends various dimensions of social life have been increasingly carried out. On the one hand, it is argued that women from all socioeconomic, racial, class, and religious backgrounds suffer gender-based violence, but, on the other hand, it is recognized that women located at the intersection of various systems of

oppression are more likely to experience violence in more extreme ways, directly and indirectly (MUÑOZ CABRERA, 2010; SANTOS, 2017). Still from a segmented perspective, studies with Afro-Latin American and/or indigenous women are more likely to focus on the intersections between race and violence (CALDWELL, 2000; PERRY, 2016), while those who work with lesbian women are more likely to focus on the interactions between sexuality and violence (BASTIAN DUARTE, 2012). In turn, the violence of coloniality linked to what Lugones (2007) called 'the coloniality of gender' is at the center of many recent discussions about indirect and structural forms of gender-based violence in Latin America in relation to how racism, sexism and heteronormativity are rooted in the colonial project, permanently promoting various forms of violence against indigenous, black, lesbian and trans women.

It is important to talk about gender-based violences in the plural to ensure that it encompasses its multidimensionality and intersectionality (MUÑOZ CABRERA, 2010). In other words, these processes are experienced intersectionally, with certain women being more likely to suffer violence than others according to their class, generation, and markers of raciality, sexuality and ableism, among others, as notably discussed by Kimberlé Crenshaw (1993) about experiences of African American women with domestic violence. The women most likely to experience disproportionate levels of gender-based violence include women from racialized, disabled, lesbian, bisexual or transgender groups and sex workers (UN WOMEN, 2015), as well as many migrant women (UN, 2019). In addition, the different types of violence also intersect causally, which has been incorporated into notions of a continuum of violence against women (KELLY, 1998). In this spectrum, the structural nature of the violence committed against women in Latin America, especially those who are black, indigenous, poor, lesbian, trans and with disabilities, must be recognized within the broader colonialist engine of power that sustains intersectional gendered violences over time and space (CARNEIRO, 2001 op cit MUÑOZ CABRERA, 2010: 15).

The context of violence in all its forms undermines women's ability to participate fully in city life, both productively, in terms of loss of income due to health problems caused by gender-based violence, and socially, where surviving women can withdraw from friendship and social networks because of shame, stigma or rejection (HEISE et al., 2002). These social costs also affect families and children when caregivers move away from this role, with subsequent negative intergenerational effects among children who witness violence against women (MCILWAINE, 2016). But the element that we highlight in this article refers to the effects on urban life that reproduce insecurities associated with gender inequalities and provide specifically urban forms of violence against women and girls, in turn re-molding gender subjectivities to reproduce further inequalities.

At this thematic and disciplinary intersection, the notion of infrastructure and, especially, the concept of infrastructural violence are particularly relevant. These are terms coined in the context of the recent 'infrastructural turn' in urban studies, a scholarly movement that explores the mediation, support and reproduction of power relationships through urban infrastructures (LARKIN, 2013; MCFARLANE and SILVER, 2017). Amid a growing debate on gender dimensions in the connections between urban and structural violence, the perspective on infrastructure presents a crucial analytical tool for examining the right to the city among women (DATTA and AHMED, 2020; LAURIE and SHAW, 2018). Defined by Rodgers and O'Neill (2012) as processes of marginalization, exclusion and social alienation that become operational in sustaining contemporary cities, 'infrastructural violence' is based on Galtung's (1969) pioneering ideas about 'structural violence' that encompasses various deprivations, including material, psychological and symbolic oppression, in time and space (FARMER, 2004). Infrastructure is recognized as inherently relational, becoming concrete as it is linked to organized practices (LARKIN, 2013; STARR, 1999). Infrastructural violence can manifest itself as a form of passive exclusion of population segments to basic services and resources, such as housing, basic sanitation, water, electricity (PAIN, 2019; DATTA, 2016). It can also be actively expressed through infrastructures purposely designed for social control and marginalization of specific segments of the population (RODGERS and O'NEILL, 2012). With regard to women, this type of violence can generate overlapping indirect suffering through the multiple reproductive burdens that fall on their bodies when dealing with infrastructural inadequacies, as well as direct forms of physical and sexual aggression (CHANT and MCILWAINE, 2016; also DATTA, 2016). These processes are also related to the concept of 'slow violence' (NIXON, 2011) to refer to the gradual and hidden violence of environmental destruction that varies in time and space and that for women includes insecurities and barriers inherent to the exclusion of infrastructure (DATTA and AHMED, 2020).

However, until recently, these debates underestimated the importance of gender and how women are disproportionately excluded from urban infrastructures, giving rise to more gender-based violence. This is not to say that the relations between gender and infrastructure have not been examined, but that they have rarely been conceived of as infrastructural violence. In fact, feminist studies, and specifically those that target low-income territories in global peripheries, highlight how inaccessible and/or low-quality infrastructures in cities, along with poverty and exclusion, often generate direct forms of violence based on gender against women and girls (CHANT and MCILWAINE, 2016). The notion of 'infrastructural violence' has been increasingly used to identify infrastructural disparities that affect women exclusively or disproportionately, in their roles of social reproduction (CHAPLIN and KALITA, 2017). Here, we develop the idea of 'gendered infrastructural violence' which is associated with the broader feminist contestation against individualized and isolated narratives

about direct gender-based violence at different local and temporal scales, these being effectively implicated in broader contexts of structural and state violence (DOMINGUEZ and MENJÍVAR, 2014; JOKELA-PANSINI, 2020; MENJÍVAR and WALSH, 2017; PAIN and STAEHELI, 2014). Structural and infrastructural violence are therefore directly involved in the dynamics of violence against women and girls in the urban context. There are many examples of how women experience gender-based violence while negotiating public spaces in the city with inadequate public lighting, water and sanitation facilities and unsafe public transport systems (LEVY, 2013; SOMMER et al. 2015). These occurrences directly compromise women's right to the city in terms of mobility, freedom and security of subsistence (BEEBEEJAUN, 2017).

In this sense, the current paper provokes a reflection on violence against women and girls as being reproduced in a non-linear way – i.e. as merely between aggressor and victim. Access to urban infrastructure is negotiated and can intensify or ameliorate experiences of gender-based violence, thus moving beyond the individual spheres and private life and intersecting with the public sphere and urban life. We seek to highlight precisely that urban-spatial injustice is also related to gender-based violence within and outside the domestic sphere, especially with regard to gendered infrastructural violence that transcends intimate and individualized experiences. Public and private spheres blur and, breaking with this duality, a new dimension of the right to the city can be delineated. To develop this argument, we present the results of the empirical research implemented transnationally.

3. The City and Violence against Women: a transnational approach

The research contrasted the experience of violence against women between two so-called 'marginalized' population groups, in different forms and degrees, in two major global cities to examine how gender relations and forms of violence operate as a barrier to the full participation of women in urban life. In contrast to the typical approach of investigating violence in contexts of precariousness or socioeconomic disadvantages, we seek to establish a transnational approach between the global North and the South. Transnationality, in this sense, corresponds to an analytical lens that transcends local, national and international scales. Data on violence often reinforce North-South geopolitical segmentation: comparative indicators⁴ often place London as one of the safest cities in the world for women; Rio de Janeiro, on the other hand, is often associated with intense urban violence, including high rates of violence against women. Seeking to destabilize this dualism, the research was carried out between 2016 and 2018 with Brazilian women who live in London as migrants and Brazilian women who live in Rio de Janeiro as residents of the set of favelas of Maré. However, it is important to

highlight the caveat that there are considerable variations in precariousness and privileges in both groups and that the associations established here do not seek to homogenize or essentialize the different experiences, but rather to deconstruct the stigmas of social complexity in this global debate.

In London, the research was carried out in the context of a relatively new Brazilian population residing in the city, with the majority arriving since 2000 (MCILWAINE and BUNGE, 2016). Although estimates vary, the 2011 UK census reported 52,000 Brazilians nationwide, with 61% concentrated in London (EVANS et al., 2015). While Brazilians tend to be relatively well-educated, many are involved in manual labor, with up to 1/3 having insecure immigration status. This can lead to high levels of marginalization exacerbated by difficulties in speaking English (MCILWAINE and EVANS, 2018). Although there are no estimates for the incidence of violence against women among the Brazilian population, in the United Kingdom in general, about 1.6 million women aged between 16 and 74 years old suffered domestic violence in 2017 (ONS, 2019). According to the Femicide Census (LONG and HARVEY, 2020), 1,337 women were killed between 2009 and 2018, of which 16% were foreigners, with another 9% of unknown origin. In London, rates are especially high, with almost 90,000 domestic violence crimes reported between March 2019 and March 2020, according to London City Hall. These numbers are probably still underestimations due to underreporting and the fact that statistics fail to recognize how gender-based violence reflects multiple and simultaneous incidents (WALBY and TOWERS, 2017). Although research on gender-based violence among Latin Americans in the UK is limited, qualitative studies suggest that one in four women experience intimate partner violence (MCILWAINE and CARLISLE 2011). More broadly, 3/4 of Latin Americans identify discrimination in London with women being particularly affected by sexual harassment at work (MCILWAINE et al, 2011).

In terms of research structure, in London, 12 interviews were conducted with organizations that provide assistance to immigrants (EVANS and MCILWAINE, 2018). In addition, a virtual survey was carried out with 175 Brazilian women from different parts of the city, addressing experiences of gender-based violence in the UK and/or Brazil and the different forms of occurrence. Although there were limitations, especially in terms of reaching interviewees who were more educated and computer literate, this approach allowed women to complete the questionnaire anonymously. In fact, those who completed it tended to be relatively young (74% under 50 years old), well educated (72% with university education), employed in technical and managerial positions (53%) and ethnically white (73%). Most were originally from São Paulo (42%), with 10% from Rio de Janeiro and 9% from Minas Gerais and Paraná each. In turn, 69% of women were married or in stable relationships, 15% were separated or divorced and 13% were single, with just over half having children (55%). While this profile reflects higher degrees of privilege than has been reported in other surveys with Brazilian women

(EVANS et al., 2015), in-depth interviews allowed the exploration of the experiences of women with more precarious occupational and immigration situations. In total, 25 in-depth interviews were conducted, 20 with surviving women who were supported by the *Latin American Women's Rights Service* (LAWRS), the research partner organization, and five with women who were randomly recruited from Brazilian networks and who had not necessarily experienced violence of gender. Six focus groups were also conducted, five with women and one with men (a total of 16 people), using participatory appraisal methods to explore the nature of violence against women and girls. All interviews and focus groups were conducted in Portuguese at the headquarters of the migrant organization with access to a trained counselor if their support was needed.

In Rio de Janeiro, a similar methodological structure was implemented in Maré, which is located in the North Zone of the city and comprises 16 favelas, configuring one of the largest favelas in Brazil. In 2013, the Census of Maré (Redes da Maré, 2013) estimated a population of almost 140,000 people, of which 51% were women. Maré is generally characterized by high levels of poverty, inequality and public insecurity. Many residents have low (albeit increasing) levels of education and work in informality or self-employment. More than half identify themselves as mixed-race, 1/3 as white and less than 10% as black. Although many local workers are street vendors or domestic workers, there is also a vibrant entrepreneurial culture in Maré with some 2,500 small businesses. However, Maré is dominated by four of Rio de Janeiro's armed groups: the factions *Comando Vermelho*, *Terceiro Comando*, *Amigos dos Amigos* and the *Milícia* (SILVA SOUSA, 2017). As an area of recurring police operations, in 2017 alone there were 41 police operations that resulted in 42 deaths, 41 injured people and the closure of health units and schools for 45 and 35 days respectively (KREZINGER et al., 2018a). In 2019, there were 39 operations, 45 injured and 49 deaths (see also Redes da Maré, 2019). In terms of violence against women, it is estimated that 35% of women nationally suffered gender-based violence, 80% of which were perpetrated by a current or former partner (GUIMARÃES and PEDROZA, 2015; see also KISS et al., 2012). In Rio de Janeiro in 2016, 396 women were victims of homicide, one woman being murdered every day (KREZINGER et al., 2018a).

The methodological application in Maré involved the mapping of 14 service providers that deal with violence against women and girls, the application of individual questionnaires with 801 women, along with seven focus groups with older women, women members of local religious organizations, people LGBTQ+, drug users, collective activists (men and women) and field researchers (59 people in total, in all groups), and in-depth interviews with 20 women survivors of violence. Fieldwork was carried out by researchers from Redes da Maré in three areas covering 15 favelas using sequential sampling based on the Census of Maré (Redes da Maré, 2013). The survey showed that women were predominantly young (65% under the age of 44), with the majority (62%) born in Rio de Janeiro, of

which 41% were born in Maré. Most women had a low level of education (53% had only primary education); almost half identified as of mixed-race (48%) and 30% declared they were white. In turn, 23% of women were employed, and 21% were unemployed; 1/5 were self-employed, usually in a small company. The rest were identified as domestic workers (19%), retired (12%) or students (2%). More than 1/3 (36%) were single, 45% married or in a stable relationship and 10% separated or divorced, with 80% having children.

The research identified violence against women and girls as multidimensional and multilocalized, taking place in both in the public and private spheres, by various perpetrators and extended over time. This multidimensionality can be seen as a continuum in which different types of gender-based violence (physical and non-physical) intersect and are causally affected at individual, family, community, municipal, state, and transnational scales (MCILWAINE and EVANS, 2020). The very understanding of what gender-based violence is varies significantly with a tendency to focus on physical aggression in the conjugal context (KREZNINGER et al., 2018).

In London, awareness of the issue proved to be greater and 82% of women reported having experienced it. Those most likely to report their experiences lived in the city for between 10 and 20 years, were in their 40s, educated to postgraduate level, declared themselves 'mixed-race' instead of 'white', were separated or divorced, worked in services and had access to their own income. As for the general types identified, the most frequent was psychological / emotional violence (48%), followed by physical violence (38%) and sexual violence (14%). Unwanted physical contact was the most common specific form of gender-based violence (experienced by 42%), along with physical aggression (36%) and humiliation or discrimination (33%). Most of the perpetrators were known to women (66%); although a third of gender-based violence was committed by strangers, almost 1/4 (23%) was by an intimate partner, with bosses and colleagues in workplaces responsible for 26% and friends and family members for 10%. Gender-based violence was experienced at various times throughout the course of women's lives. For example, Sofia⁵, 40, experienced the following episode in London and Brazil: she was arrested, beaten, kicked, raped, insulted, harassed, financially controlled and abused by her husband. Also, away from home, she was sexually abused by a church colleague in London.

In Rio, where awareness emerged as more limited, incidence levels were lower. Although the vast majority of respondents (76%) said that violence against women occurs in Maré, only 29% openly declared that they suffered it. However, when asked about 12 specific forms of violence, this number rose to 57% of the women interviewed, indicating that they had suffered one or more forms of gender-based violence (34% physical, 30% sexual and 45% psychological). In addition, women in the *milícia*-controlled area and with the fewest NGOs had lower levels, suggesting that they were potentially

afraid to discuss the issue or would be less aware of it. The group most likely to have experienced gender-based violence were young people between 18 and 29 years old (almost 35%) and women between 30 and 44 years old (34%), mixed-race (45%), who lived their entire lives in Maré, with complete secondary education (37% complete and incomplete primary education accounted for 44%) and single or separated. Intimate partners committed 47% of the violence and 7% by other family members; the rest was perpetrated by co-workers, bosses, friends and strangers. As in London, women experienced various types of violence throughout their lives, including humiliation and psychological violence; suffered physical aggression in the form of punches, kicks and knife attacks; rapes or sexual abuse; childhood maltreatment; social ostracism; homicide attempts; financial abuse; as well as sexism and racism.

In empirical terms, violence against women and girls manifested itself in multiple spaces and territories in the cities of London and Rio de Janeiro. In London, 30% of all gender-based violence occurred in the domestic domain (22% in the victim's home and 8% in someone else's home), mainly in the form of 'intimate partner violence' (75% of perpetrators), while in Maré, there was an almost balanced division in the incidences of violence in the public (53%) and private (47%) spheres. Regarding physical violence specifically, 66% of the occurrences were in the private sphere. As for sexual violence, 73% of experiences were in the public sphere and 59% of psychological violence were in the public sphere, such as negative comments and verbal aggressions. Often, this type of violence manifested itself as exceptionally severe, usually taking multiple and overlapping forms. However, violence by a current or former intimate partner or family member also emerged as being perpetrated in public domains of the city. In London, Miriam spoke of how her ex-husband followed her everywhere after they separated, continually harassing her on the street and even throwing a brick into her apartment window. In Maré, Victoria remembered how her husband chased her onto the street and tore her dress while attacking her. Other family members were often perpetrators of violence inside and outside the home. In London, Camila talked about how her brother subjected her to constant physical abuse when she was a child in Bahia. Teresa, in Maré, recalled how her brother assaulted her on the street as part of an argument with her father, involving aggression and threat with a firearm.

In terms of other forms of gender-based violence occurring in public spaces more specifically, in London, the workplace emerged as an important site of violence where almost 1/4 occurred (23%). Much of this was sexual harassment, as discussed by Isabel, a hotel maid, who described how a colleague attacked her in an empty room, throwing her on the bed and strangling her while sexually assaulting her, before she managed to escape. Other public places where gender-based violence was perpetrated were cafes and bars (16%), public transport (10%) and public areas (10%). In Maré, local

public spaces (18%) and community streets (10%) were the most commonly identified places, with only 5% of cases occurring in the workplace and 1% on public transport. The latter can be explained by the high levels of women running their own businesses or working from home, as well as the low levels of use of public transport within the favela. However, the gender-based violence experienced in public areas of Maré was extremely serious, especially sexual violence, and interconnected with the high levels of widespread urban violence in the territory (see also KRENZINGER et al., 2018b).

While certain spaces within the city are associated with gender-based violence, such as workplaces in London and public spaces in Maré, other shared and more generic risk factors were revealed in the research. Living and working conditions as a migrant in London are often related to exploitative employment or the negotiation of public transport during anti-social hours. Among favela residents in Rio de Janeiro, the endemic urban violence by the state and armed groups emerged, as will be seen, as a specific 'urban trigger' (MCILWAINE, 2013). In relation to intimate partner violence, pregnancy, spontaneous abortion, incestuous sexual abuse in childhood and substance abuse were also identified as precipitating factors (HEISE and KOTSADAM, 2015). In London, for example, Laura had a Portuguese boyfriend who was addicted to methamphetamine and who attacked her while under the influence of the drug. In Maré, similarly, there was a consensus in one of the focus groups that among drug users, gender-based violence is recurrent, especially in the 'crack scene'. Child sexual abuse is also recognized for affecting the perpetration and experience of violence against women in adulthood (JEWKES et al., 2015). Among the Brazilian women in London, many had migrated to escape such abuses, while others continued to struggle to cope with the consequences. In fact, 8 out of 25 reported having been subjected to some form of incestuous sexual abuse by parents, uncles and cousins in Brazil before migration. In Maré, child abuse revealed itself very strongly. In one serious case, Maria Elisa, spoke of her sexual abuse by a family member when she was six. This person had even burned her private parts so that she would not tell anyone. A few years later, and still traumatized, she fled a small town near Recife to Maré with her cousins to escape the abuse.

Institutional gender-based violence also manifests itself in the public domain in insidious ways. In Maré, this was explicitly related to the complex issue of public (in)security. On the one hand, armed agents, such as the police, were singled out as perpetrators of violence against women and girls. Other actors, such as members of the drug trade, were identified both as perpetrators – in the form of aggression and the exercise of territorial power – but also as agents of 'protection' in the absence of state security forces willing to support women within favelas (see also MOSER and MCILWAINE, 2004; WILDING, 2014). For example, Jennifer told how her husband came into a bar in the favela and hit her in the face, causing her to fall. A group of people involved in the drug trade confronted her husband and expelled him. Although this is a reactive situation, some women actively seek out these actors to

help them in the event of a lack of legal support from the police. Lina discussed the extent to which women feel compelled to resort to extrajudicial or para-state ways to deal with gender-based violence. She reported that she sought protection 'from the law' to keep her aggressor away from her, but, knowing that as a resident of a 'poor community' she would not see the law respected, she acknowledges the role of armed groups in resolving conflicts in a violent way, with threats, banishment and even executions.

While the situation of institutional gender-based violence in Maré is clearly endemic, also it was reported in London, albeit in different ways. It usually involved abuse of women at the hands of state officials, from the police to border control agents. For example, Camila remembered how she was verbally abused by an immigration officer at a London airport – after 3 hours of interviews, an officer accompanied her to the elevator to collect her luggage and, inside the elevator, commented on her breasts and asked if he could touch her.

More than international parallels, we highlight that the arena of perpetration of violence against Brazilian women in an urban context is transnational. Indeed, it was found that the experiences of gender-based violence often instigated the migration of women from Brazil (generally from the large cities of São Paulo and Rio de Janeiro) to London, with 77% of women in London saying that they suffered before moving. Motivated by a general desire to improve their lives, many women also discussed how they had fled Brazil to escape violent partners or how they had migrated with the aggressors in the hope that the violence would subside. Cristina from São Paulo, for example, moved to London in 2009 with her husband, who had previously been violent with her, in an attempt to save the marriage, but the violence increased. However, Cristina noted that she received support from British social services, which she considered better than that provided in Brazil. Another dimension of transnational urban gender-based violence in London was human trafficking and forced labor, with several cases of women who came to work having their passports confiscated and/or ended up living in bondage. Sabrina, for example, went to London to work for a Brazilian family as a nanny. Although the family organized the visa and the trip, on arrival they took her passport and made her take care of two children, do all the housework and work for her boss as a cleaning lady and messenger, from early morning until late at night. Her boss then began to harass her sexually and physically, prompting her to flee, first through some Brazilian friends and then with the help of a migrant protection organization. In fact, among those who experienced gender-based violence in Brazil, more than half (52%) experienced it again in London, while others faced it in London for the first time.

4. Urban Infrastructural Disparities in London and Rio de Janeiro as Barriers to Women's Right to the City

As a vicious circle, broader forms of insecurity associated with structural, symbolic and infrastructural violence – which are sustained by gender inequality – condition the perpetration of violence against women and girls, which in turn affect the subjectivities, norms and practices that organize urban life and reproduce inequalities. On the one hand, even though unequal power relations have been identified both in Maré and in London as causing gender-based violence, many women recognized the adaptability of misogyny to the context, where the manifestations of violence can occur in more or less explicit ways according to the differences between Brazil and the UK. On the other hand, gender meanings themselves are also spatially transformed, as seen in the way Brazilian women are stereotyped intersectionally in the UK through complex racialization and hypersexualization (see also BESERRA, 2005; DATTA and MCILWAINE, 2014).

To return to the notion of women's right to the city, security is not only the absence of violence, but also involves the promotion of well-being and gender equality through access to livelihoods and active participation in all aspects of urban life, from the circulation around and occupation of public space to decision-making about the resources accessed in the city (WHITZMAN et al., 2014). However, it is crucial that this be assessed at different scales and spaces, from the body to the home, from the community to the city and transnationally, and that the causes are recognized as having deep roots in gendered power relations and structural violence. Indeed, the right to the city for women encompasses the intersections between private and public relations free from gender-based violence that are supported by a series of material conditions, which extend across all of these spaces (DATTA, 2016).

The perspective on gender-based violence adopted in this research implies an understanding of it not only as an individual phenomenon of the use of male force and abuse against women and girls, but as deeply rooted in the unequal structures of power that operate in cities as well as on national and transnational scales. In addition to the private and domestic sphere, the state is therefore fully involved. The breadth, severity and ubiquity of gender-based violence among Brazilian women in London and Maré highlights how this experience dominates the lives of women in ways that are often ignored by society in general, which has significant implications for understanding the equal participation of women in the city (PEAKE, 2017). In order to understand the barriers to the right to the city with gender equality, it is essential to recognize that gender-based violence manifests at different scales, domains and territories. In turn, cities are situated within broader global relations of structural violence that mediate and influence the nature of gender-based violence. It is at this point

that we argue that the 'infrastructural violence', defined above, is directly implicated in the dynamics of violence against women and girls that, in the urban context, present severe restrictions on the right to the city among women.

The contexts of the two fieldwork sites, although fundamentally different in many ways, share similarities in that the experiences analyzed are of women who live in marginalized situations and/or peripheral spaces in the city. The Brazilian women interviewed in London – acknowledging that migratory experiences can be marked by various indicators of privileges among this social group – tend to face great challenges of insecurity in relation to their means of subsistence, the regularization of their immigration situation and their linguistic capacities. In Maré, women face difficulties related to livelihoods, endemic urban violence and structural precariousness. These challenges affect the experiences of women in the city in ways that are exacerbated by gender-based violence. Therefore, both the hostile immigration environment and that of daily violence, as well as their intersection with gender-based violence, are structural factors that produce fears that fundamentally affect the ability of women to move freely through urban space. Fear deeply restricts women's freedom to move around in urban space (WHITZMAN et al., 2014), limiting mobility, creating silences and making it imperative to create strategies to face it, such as changing routes and movement times, and the critical choice of their clothes (MCILWAINE and MOSER, 2007). This forced immobility and limitations on freedom fundamentally undermine women's right to experience the city. The experiences of LGBTQ+ people are also important here, a subject that is often overlooked in these debates. In Maré, Marisa, a trans woman, spoke in territorial terms about her experiences with violence, characterizing her relationship with the space in which she has lived and circulated around for so many years as being very insecure, particularly referring to her childhood as a boy who suffered physical and verbal aggression mainly on the part of men and other boys.

However, with regard to the feminized paradoxes of city life just as urban areas may have less marked patriarchal restrictions than in rural areas, similar flexibilities in gender norms and identities tend to appear when migrants move internationally to cities in the global North (MCILWAINE and CARLISLE, 2011). Although this is not automatically the case (MCILWAINE, 2013), and despite the alarming levels of gender-based violence in London and Maré, some women in both places spoke of reduced tolerance for such violence. Just as Maria Elisa fled a small town near Recife and moved to Maré because of incestuous sexual abuse, some women in London spoke of fleeing Brazil because of gender-based violence, having perceived the UK as more favorable to women who suffer from such violence. In fact, when Brazilian women in London were asked to compare the incidence of gender-based violence in Brazil and the UK, some indicated it to be the same or worse (44%), while 43% felt it was less frequent in the UK.

What seems particularly difficult in the UK is access to rights and reporting mechanisms precisely because they are foreign subjects, although these experiences are not uniform and rather ambiguous. For example, Sofia discussed how in Brazil violence against women seems to be more common and people tend to trivialize it, but in the UK her perception is that it is a serious crime, although for foreigners it is much more difficult to report and seek help. On the other hand, despite many cases of abandonment in London, several women spoke of the support of the police and organizations – once successfully accessed – that would be absent in Brazil. Carolina, who shared her experience of reporting her partner's violence, said the police acted immediately in the UK, having been given a device to activate the police even more easily. The point here is to emphasize the ambivalences. More markedly negative experiences are outlined below.

These differences are reflected in the levels of reporting and disclosure of gender-based violence in both contexts, where 56% of women had never reported in London (to friends, family or formal channels) compared to 65% in Maré. The main reason for this in London was that they thought nothing would be done about it, along with the lack of information, and in Maré, that they did not think the violence was serious. It seems that although violence against women is certainly widespread everywhere, with higher levels of tolerance in Maré than in London, women perceive variations in tolerance and support, especially if they are migrants.

Urban life, therefore, does not pose a risk of uniform violence to women. While there are specific urban causes behind violence against women and girls, there are also more forms of reaction and support in cities. There are also broader forms of insecurity that affect the perpetration of violence against women, linked to structural violence from a transnational perspective and rooted in gender-based institutional and infrastructural violence (MCILWAINE and EVANS, 2018 and 2020). Some of them are generic, while others relate specifically to life and work in cities. Regarding the Brazilian migrants interviewed in London, one of the most significant is the situation of unsafe immigration, which can marginalize women survivors of violence whose fear of deportation invariably prevents them from seeking help, which creates a form of infrastructural violence. Their situation is further aggravated by the lack of English proficiency and difficulty in accessing statutory support services, such as legal support, due to visa restrictions with the stipulation 'without recourse to public funds' (see also EREZ et al., 2009). As Valentina explained, being away from her country, without speaking the language, many do not work in the jobs they would have in Brazil and, therefore, feel that they do not belong, and as a result, they are on the margins of society.

Immigration status can also be used as a way of manipulating gender inequality in the sense that reporting to border authorities becomes a tool for threat and abuse (MENJIVAR and SALCIDO,

2002). One service provider interviewed reported that if a woman experiencing violence is in the UK without proper documentation, her partner may feel empowered to dominate and assault her without fear of prosecution. Immigrant women may also end up entering abusive relationships, such as in the case of marriage, to obtain immigration documents. Such situations of insecurity also exacerbate gender-based violence in the public sphere, as it can lead to the concentration of migrant women in poorly paid urban jobs, such as cleaning, where they face more exploitative conditions than migrants with residence rights. As noted by another service provider in London, women who are not documented tend to be more exploited, being much more vulnerable to other forms of discrimination, such as domestic servitude and sexual slavery. Negotiating public spaces in the city can also be dangerous for migrant women for the same reasons. As noted above, harassment in the workplace proved to be common, as well as abuse in public transport. Again, as noted, migrant women often end up working in jobs in the city that place them in particular danger. For example, contract cleaning takes place in the early morning or late at night, requiring travel on night buses, where several women have reported abuse (MCILWAINE, 2015).

While being a migrant in London can produce, under certain conditions, challenges associated with urban marginality that lead to violence against women, in Maré, the main risk factors concerning institutional, structural and infrastructural violence are associated with living in a favela with high levels of urban violence, proliferation of armed groups, widespread use of firearms and the profound neglect of the State (see collection by LEMGRUBER et al., 2006). In fact, the State actively generates violence in Maré through continuous police operations that result in deaths, injuries and the closure of schools and health centers, which, in turn, undermine the rights of women and men to participate in urban life. As a woman from Maré observed, the State – or what she described as the ‘genocidal and murderous rulers’ – take everything away, even the right to come and go. State engagement is markedly experienced as infrastructural violence in favelas, with measures designed to be violent, such as removals and evictions, police raids or even *milícias* that act within the state apparatus to control and limit access to water, sanitation or other basic services in these locations. In addition, incidents in which public officials sexually harass or intimidate women, girls and transgender people who struggle for basic services have significant ramifications for domestic violence (see also SAWAS et al., 2020). However, the invisibility of processes of infrastructural violence makes it perennial, permissive and unpunished (FERGUSON, 2012). Although this issue is more complex than can be explored here, it is important to note that contexts of urban conflict, where widespread violence is seen as the norm, engender higher levels of gender-based violence due to the specific ways in which hegemonic masculinities are forged (JEWKES et al., 2015).

It is in this sense that infrastructural barriers to women's right to the city emerge. Infrastructural violence, as already mentioned, refers to the lack of access to, or the effective damage from, urban resources which has harmful consequences for marginalized groups, with specific gender dimensions (CHAPLIN and KALITA, 2017; DATTA and AHMED, 2020). In the case of Brazilian migrants, this is mainly reflected in the difficulty of accessing state services or non-governmental organizations. In the case of women from Maré, in daily armed violence, as well as restricted access to urban basic sanitation services, transportation, paving, lighting, among many others. Infrastructural violence is largely but not entirely passive in the UK, due to omission, and mainly active in Brazil, due to an effective State policy designed in an intentionally violent way. The first refers to damage caused by 'limitations and omissions', while the second involves purposeful development of infrastructures to control social norms and actively marginalize certain groups (RODGERS and O'NEILL, 2012). In the urban context, both in the global North and in the South, in the centers and peripheries of global capital, women's right to the city is conditioned and undermined due to public and private, individual and collective, direct and indirect, structural and infrastructural violences – all of which are gender-based. Dualities are useful from an analytical point of view, but in terms of everyday experiences, these fall apart and are reconfigured around limitations in women's the right to the city in relation to multiple forms of gender-based violence. In view of this, new articulations of the right to the city, from a gender and feminist perspective, are essential.

5. Final Considerations

This paper has explored the role of gender-based violence against women in cities through a feminist lens and from the perspective of Brazilians living in London and those who reside in the largest set of favelas in Rio de Janeiro, Maré. We reinforce the need for academic and political understanding of the right to the city to explicitly recognize women's experiences more fully. After all, the city belongs to women: made of and by women as much as men. We also argue for the importance of categorically taking direct and indirect violence against women and girls into account in such debates, especially in relation to the effect of continually undermining gender equity in urban life.

The research findings in London and Rio de Janeiro show that the endemic and extensive nature of this violence generates a series of harmful outcomes for the health, productivity and well-being of women. In both locations, multidimensional forms of violence against women and girls occurred in public and private domains of the city – with the workplace being especially important in London and the streets and public spaces being especially significant in Maré – and several types emerging on a transnational scale associated with the migration process between Brazil and the UK. Although the

causes of gender-based violence against women are rooted in insidious and unequal power relations that have been perpetuated across borders, they intersect with specific forms of urban structural violence. In London, this revolved around specific types of urban cleaning and sex work jobs that are highly exploitative, especially when women had insecure immigration status and low levels of English language competencies. In Maré, the daily violence associated with state security forces and armed groups has proved to be a driving force for violence against women and girls in the favelas. In both cases, what we have called gendered infrastructural violence also emerges as women face challenges in accessing resources and support in general and when they experience direct gender-based violence.

The results of the research also point to the need to rethink the urban space in the gender-city interface with a focus on gender-based violence against women. The right to the city, a concept forged in the productive encounter between academia and social movements, is enhanced by transcending dualities typically found in urban studies and legal geography. Thus, this concept presents new ways of challenging urban-spatial injustice that affects the lives of women transnationally, both in central areas and in peripheral urban territories.

This discussion re-articulates the interdisciplinary encounter between legal geography and feminist urbanism and points to the need for further research on the relationships between everyday urban violence and gender-based violence, especially regarding the finding that urban violence, in its multiple forms, is inherently gendered, something not always recognized in urban studies (although see WILDING, 2014). In addition, there is considerable scope for exploring these processes in multiscalar ways that can highlight continuities and discontinuities between peripheral urban communities in the so-called global South and among minority groups, such as migrants and/or ethnic-racial minorities who face complex forms of exploitation and deprivation in cities in the global North (AUYERO 2011). This debate is essential to challenge the discourse that violence against women and girls is an individual phenomenon, often triggered by the actions of the victims themselves, when they effectively form a deeply structural phenomenon, rooted in socio-spatial disparities and often made possible by the State – actively or through negligence. In the current context of dismantling social policies verified in the global and Brazilian conjuncture, the biggest challenge seems to be the transformation of understandings of the city and the experiences of women, perceiving the city beyond a habitable space, but a dynamic system, produced and reproduced by women – often against the odds as women negotiate multiple forms of direct and indirect gendered violence.

NOTES

¹ The term 'violence against women and girls' is the term adopted by UN Women to designate a specific form of 'gender-based violence', the latter being a broad category that also encompasses violence against men, boys, transgender people, or non-binary gender identities. From a feminist perspective, the term gender-based violence, used generically, can overshadow the fact that women and girls suffer disproportionately from gender-based violence and, therefore, a specific designation is claimed (Hughes et al, 2016). With this important caveat, we clarify that when using these terms in this article we refer to multiple forms of 'gendered violences' (direct, indirect, structural, symbolic and infrastructural) that specifically affect women and girls, including in these categories trans women.

² Research project developed between 2016 and 2018, coordinated by Cathy Mcllwaine (King's College London), Miriam Krenzinger (Federal University of Rio de Janeiro), Eliana Sousa Silva (Redes da Maré) and Paul Heritage (People's Palace Project of Queen Mary University of London) – funded by the Economic and Social Research Council (ESRC) and the Newton Fund (ES/N013247/1). Other research publications are available at: <http://transnationalviolenceagainstwomen.org/publications/>

³ Gender-based violence has been recognized in international agendas as an important issue since the 1990s (Moser and Mcllwaine, 2014). Sustainable Development Goal (SDG) 5 explicitly aims to eliminate all forms of violence against all women and girls in the public and private spheres, including trafficking and sexual exploitation and other types of exploitation. It also identifies the elimination of gendered violence as a priority. SDG 11 on urbanization recognizes that women are generally more marginalized than men in cities, especially in relation to safe, inclusive and accessible green and public spaces. Likewise, the New Urban Agenda of the UN-Habitat, launched in 2016, echoed a commitment to gender equality in cities, even though the final versions of it have marginalized women and girls as vulnerable and special interest groups (Moser, 2016). However, the importance of addressing women's safety in cities has a long history, dating back to the 1980s in London and the 1990s in relation to women's safety audits, especially but not exclusively linked to the UN-Habitat program Safer Cities (WHITZMAN et al., 2014). See also the declarations associated with the 1979 UN Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, specifically the 1993 Declaration on the Elimination of Violence against Women.

⁴ See, for example, Goldsmith (2017). In this publication, London is considered the most favorable city for women (women-friendly) and Brazil is precisely mentioned as a country with cities with high rates of violence against women.

⁵ The names indicated in this article to illustrate the results of the research are fictitious, preserving the identity of participants.

REFERENCES

- AUYERO, J. Researching the Urban Margins: What Can the United States Learn from Latin America and Vice Versa? **City and Community**, v. 10, n. 4, pp. 431–436, 2011.
- BASTIAN DUARTE, A. From the Margins of Latin American Feminism: Indigenous and Lesbian Feminisms. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 38, n. 1, pp. 153–178, 2012.
- BEEBEEJAUN, Y. Gender, Urban Space, and the Right to Everyday Life. **Journal of Urban Affairs**, v. 39, n. 3, pp. 323-334, 2017.
- BERNER, V.; MELINO, H. Perspectivas Feministas e Movimentos Sociais: uma Abordagem Fundamental para o Planejamento Urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 08, n. 4. pp. 1868-1892, 2016.
- BESERRA, B. From Brazilians to Latinos? Racialization and Latinidad in the making of Brazilian carnival in Los Angeles. **Latino Studies**, n. 3, pp. 53-75, 2005.

BONDI, L.; CHRISTIE, H. Working out the urban: Gender relations and the city. In: G. Bridge and S. Watson (eds), **A companion to the city**, pp. 293-305. Oxford: Blackwell, 2003.

BRADSHAW, S. Women's decision-making in rural and urban households in Nicaragua. **Environment and Urbanization**, n. 25, pp. 81-94, 2013.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, pp. 91-101, 2000.

CHANT, S.; MCILWAINE, C. **Cities, slums and gender in the global south**: Towards a feminised urban future. London: Routledge, 2016.

CHANT, S. Cities through a 'gender lens': A golden 'urban age' for women in the global south? **Environment and Urbanization**, n. 25, pp. 9-29, 2013.

CHAPLIN, S.; KALITA, R. **Infrastructure, Gender and Violence**. New Delhi: Centre for Policy Research, 2017.

DATTA, A.; AHMED, N. Intimate Infrastructures: The Rubrics of Gendered Safety and Urban Violence in Kerala, India. **Geoforum**, n. 110, pp. 67-76, 2020.

DATTA, A.; MCILWAINE, C. Negotiating masculinised migrant rights and everyday citizenship in a global city: Brazilian men in London. In: A. Gorman-Murray and P. Hopkins (eds), **Masculinities and place**, pp. 93-108. Aldershot: Ashgate, 2014.

DATTA, A. The intimate city: Violence, gender and ordinary life in Delhi slums. **Urban Geography**, n. 37, pp. 323-42, 2016.

DOMINGUEZ, S.; MENJÍVAR, C. Beyond individual and visible acts of violence: A framework to examine the lives of women in low-income neighborhoods. **Women's Studies International Forum**, n. 44, pp. 184-95, 2014.

EREZ, E.; ADELMAN, M.; GREGORY, C. Intersections of immigration and domestic violence: Voices of battered immigrant women. **Feminist Criminology**, n. 4, pp. 32-56, 2009.

ESSER, D. Security scales: Spectacular and endemic violence in postinvasion Kabul, Afghanistan. **Environment and Urbanization**, n. 26, pp. 373-88, 2014.

EVANS, Y.; DIAS, G.; MARTINS, A.; SOUZA, A.; TONHATI, T. **Diversidade de oportunidades**: Brasileiros em Londres. Londres: Grupo de Estudos Sobre Brasileiros no Reino Unido, 2015.

FALÚ, A. (ed). **Women in the City**: On Violence and Rights. Santiago: Ediciones Sur, 2010.

FARMER, P. An Anthropology of Structural Violence. **Current Anthropology**, v.45, n.3, pp.305-325, 2004.

FENSTER, T. The right to the gendered city: Different formations of belonging in everyday life. **Journal of Gender Studies**, n. 14, pp. 217-31, 2005.

FERGUSON, J. Structures of Responsibility. **Ethnography**, v. 13, n. 4, pp. 558-562, 2012.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, pp. 167-91, 1969.

GOLDSMITH, B. The Safest e Most Dangerous Cities for Women Around the World. **Global Citizen**, 2017. Disponível em: <https://www.globalcitizen.org/en/content/most-dangerous-best-cities-for-women-2/> Accessed 10/09/2020.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R.L.S. Violência Contra a Mulher: Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia e Sociedade**, n. 27, pp. 256-66, 2015.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEISE, L.; KOTSADAM, A. Cross-national and multilevel correlates of partner violence. **Lancet Global**, n. 3, pp. 332-40, 2015.

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTMOELLER, M. A global overview of gender-based violence. **International Journal of Gynaecology and Obstetrics**, n. 78, pp. S5-S14, 2002.

HINDIN, M.J.; ADAIR, L.S. Who's at risk? Factors associated with intimate partner violence in the Philippines. **Social Science and Medicine**, n. 55, pp. 1385-99, 2002.

HUGHES, C.; MARRS, C.; SWEETMAN, C. Introduction to Gender, Development and VAWG. **Gender and Development**, n. 24, pp. 157-169, 2016.

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU). **Direito à Cidade: uma outra visão de gênero**. São Paulo: IBDU, 2017.

JEWKES, R.; FLOOD, M.; LAND, J. From work with men and boys to changes of social norms and reduction of inequalities in gender relations. **Lancet**, v. 385, n. 9977, pp. 1580-9, 2015.

JOKELA-PANSINI, M. Complicating notions of violence: An Embodied View of Violence Against Women in Honduras. **Environment and Planning C: Politics and Space**, 2020.

KELLY, L. **Surviving Sexual Violence**. Polity: Oxford, 1998.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, n. 43, pp. 1241-1299, 1993.

KISS, L.; SCHRAIBER, L.B.; HEISE, L.; ZIMMERMAN, C.; GOUVEIA, N.; WATTS, C. Gender-based violence and socioeconomic inequalities: Does living in more deprived neighbourhoods increase women's risk of intimate partner violence? **Social Science and Medicine**, n. 74, pp. 1172-9, 2012.

KREZINGER, M.; SOUSA SILVA, E.; MCILWAINE, C.; HERITAGE, P. (eds) **Dores que liberam**. Rio de Janeiro: Attis, 2018a.

KREZINGER, M.; GARCIA, J.; SILVA, I.; MARTINS, G.; SILVA, E. Olhares Sobre Violências contra Mulheres a partir de um Conjunto de Favelas. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Periódicos da UFES**, v. 16, n. 1, 2018b.

LARKIN, B. The Politics and Poetics of Infrastructure. **Annual Review of Anthropology**, n. 42, pp. 327-43, 2013.

LAURIE, E.; SHAW, I. Violent Conditions: the Injustices of Being. **Political Geography**, n. 65, pp. 8-16, 2018.

LEMGRUBER, J.; FEGHALI, J.; MENDES, C. **Reflexões sobre a Violência Urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

LEVY, C. Travel Choice Reframed: “Deep Distribution” and Gender in Urban Transport. **Environment and Urbanization**, v. 25, n. 1, pp. 47-63, 2013.

LONG, J.; HARVEY, H. **Femicide Report**. Annual Report on UK Femicides 2018. London: NIA, 2020.

LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System, **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCFARLANE, C.; SILVER, J. Navigating the City: Dialectics of Everyday Urbanism. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, n. 3, pp. 458-471, 2017.

MCILWAINE, C.; BUNGE, D. **Towards visibility: The Latin American community in London**. London: Trust for London, 2016.

MCILWAINE, C.; CARLISLE, F. Gender transformations and gender-based violence among Latin American migrants in London. In C. McIlwaine (ed.), **Cross-border migration among Latin Americans**, pp. 157–74. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

MCILWAINE, C.; EVANS, Y. **We can't fight in the dark: Violence against women and girls (VAWG) among Brazilians in London**. London: King's College London, 2018.

MCILWAINE, C.; EVANS, Y. Urban violence against women and girls (VAWG) in transnational perspective: Reflections from Brazilian women in London. **International Development Planning Review**, v. 42, n. 1, pp. 93–112, 2020.

MCILWAINE, C.; MOSER, C. Living in fear: How the urban poor perceive violence, fear and insecurity. In K. Koonings and D. Kruijt (eds), **Fractured cities: Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America**, 117–37. London: Zed, 2007.

MCILWAINE, C. Urbanisation and gender-based violence: Exploring the paradoxes in the global south. **Environment and Urbanization**, n. 25, pp. 65–79, 2013.

MCILWAINE, C. Legal Latins: Creating webs and practices of immigration status among Latin American migrants in London. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 41, n. 3, pp. 493–511, 2015.

MENJIVAR, C. SALCIDO, O. Immigrant women and domestic violence: Common experiences in different countries. **Gender and Society**, n. 16, pp. 898–920, 2002.

MENJÍVAR, C.; WALSH, S. D. The Architecture of Femicide. **Latin American Research Review**, v. 52, n. 2, pp. 221–240, 2017.

MOSER, C.; MCILWAINE, C. New frontiers in twenty-first century urban conflict and violence. **Environment and Urbanization**, n. 26, pp. 331-44, 2014.

MOSER, C. **Gender, asset accumulation and just cities**. London: Routledge, 2016.

MUÑOZ CABRERA, P. **Intersecting Inequalities**. Central America Women's Network (CAWN): London, 2010.

NIXON, R. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

Office of National Statistics (ONS). **Domestic Abuse in England and Wales Overview**. London: ONS, 2019.

PAIN, R. Intimate War. **Political Geography**, n. 44, pp. 64-73, 2015.

PAIN, R.; STAEHELI, L. Introduction: Intimacy-geopolitics and Violence. **Area**, v. 46, n. 4, pp. 344-347, 2014.

PAIN, R. Everyday terrorism: Connecting domestic violence global terrorism. **Progress in Human Geography**, n. 38, pp. 531-50, 2014.

PAIN, R. Chronic urban trauma: The Slow Violence of Housing Dispossession. **Urban Studies**, v. 56, n. 2, pp. 385-400, 2019.

PEAKE, L. The twenty-first century quest for feminism and the global urban. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 40, pp. 219–27, 2016.

PEAKE, L. Feminism and the urban. In: J.R. Short (ed.) **A Research Agenda for Cities**, pp. 82-97. Cheltenham: Edward Elgar, 2017.

PERRY, K. Geographies of Power: Black Women Mobilizing Intersectionality in Brazil. **Meridians**, n. 14, pp. 94-120, 2016.

PHILO, C. Less-than-human geographies. **Political Geography**, n. 60, pp. 256-58, 2017.

Redes da Maré. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2013. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>. Accessed 10/09/2020.

Redes da Maré. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré**, n. 4. Rio de Janeiro: Redes da Maré, , 2019. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes>. Accessed 10/09/2020.

RODGERS, D.; O'NEILL, B. Infrastructural Violence: Introduction to the Special Issue. **Ethnography**, v. 13, n. 4, pp. 401-412, 2012.

ROLNIK, R. 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, A.; VAZ, L.; SILVA, M. **Quem planeja o território?** Atores, arenas e estratégias. pp.87-104. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012.

SANTOS, S. Interseccionalidade e Desigualdades Raciais e de Gênero na Produção de Conhecimento entre as Mulheres Negras. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de historia da UESPI**, v. 7, n. 1, pp.106-120, 2017.

SAWAS, A.; CASTÁN BROTO, V.; ANWAR, N.; REHMAN, A. Intersectional Coproduction and Infrastructural Violence: Experiences from Pakistan. **Community Development Journal**, v. 55, n. 1, pp. 83-101, 2020.

SILVA SOUSA, E. **A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro**: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Mare, 2017. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/livros/Livro_Pesquisa_ExercitoMare_Maio2017.pdf Accessed 20/11/2020.

SOMMER, M.; FERRON, S.; CAVILL, S.; HOUSE, S. Violence, Gender and WASH. **Environment and Urbanization**, v. 27, n. 1, pp. 105-16, 2015.

STAR, S. The Ethnography of Infrastructure. **American Behavioral Scientist**, v. 43, n. 3, pp. 337-391, 1999.

TANKEL, Y. Reframing 'safe cities for women': Feminist articulations in Recife. **Development**, v. 54, n. 3, pp. 352–57, 2011.

United Nations (UN). **Violencia contra las trabajadoras migratorias** – Informe del Secretario General (A/74/235). New York: ONU, 2019. Disponível em <https://www.unwomen.org/es/how-we-work/intergovernmental-support/general-assembly/ga74-2019> Accessed 30/4/20.

UN-Habitat. **The State of the World's Cities 2006/2007**. London: Earthscan, 2006.

UN Women. **Un Marco de Apoyo a la Prevención de la Violencia Contra La Mujer**. Nova York: UN Women, 2015. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2015/11/prevention-framework> Accessed 10/09/2020.

VACCHELLI, E.; KOFMAN, E. Towards an inclusive and gendered right to the city. **Cities**, n. 26, pp. 1-3, 2018.

VACCHELLI, E.; KATHRECHA, P.; GYTE, N. Is it really just the cuts? **Feminist Review**, n. 109, pp. 180-9, 2015.

WALBY, S.; TOWERS, J. Measuring violence to end violence: Mainstreaming Gender. **Journal of Gender-Based Violence**, v. 1, n. 1, pp. 11-31, 2017.

WATTS, C.; ZIMMERMAN, C. Violence against women: Global scope and magnitude. **Lancet**, v. 359, n. 9313, pp. 1232–7, 2002.

WHITZMAN, C.; ANDREW, C.; VISWANATH, K. Partnerships for women's safety in the city: 'Four legs for a good table'. **Environment and Urbanization**, n. 26, pp. 443-56, 2014.

WILDING, P. New violence: Silencing women's experiences in the favelas of Brazil. **Journal of Latin American Studies**, n. 42, pp. 719-47, 2010.

WILDING, P. Gendered meanings and everyday experiences of violence in urban Brazil. **Gender, Place and Culture**, v. 21, n. 2, pp. 228-43, 2014.